Sexta-feira, 12 de dezembro de 2025 I Série — Número 40

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 302/XVII/1.ª (IL) — Estabelece a obrigação de serviços mínimos quando se trata de satisfação de necessidades sociais impreteríveis e nas escolas no período letivo (vigésima primeira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), 303/XVII/1.ª (IL) — Pela valorização das carreiras da Administração Pública (vigésima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), 304/XVII/1.ª (IL) — Promove a garantia de uma verdadeira representatividade na Comissão Permanente de Concertação Social (oitava alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto), 305/XVII/1.ª (IL) — Regime de compensação pelas falhas dos serviços públicos e 306/XVII/1.ª (IL) — Regime de transparência, responsabilidade e escrutínio no sector empresarial do Estado, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 390/XVII/1.ª (IL) — Fim de um país, dois sistemas: convergência da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas com o Código do Trabalho e 391/XVII/1.ª (IL) — Pela liberalização do transporte ferroviário de passageiros e privatização da CP, que foram todos rejeitados.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Mariana Leitão (IL), Ana Bernardo (PS), Alexandre Poço (PSD), Manuela Tender (CH), Patrícia Gonçalves (L),

João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Cabrita (PS), Carla Barros (PSD), Mário Amorim Lopes (IL), Francisco Gomes (CH), Paula Santos (PCP), Ana Isabel Ferreira (PSD), Ricardo Lopes Reis (CH), Mariana Mortágua (BE), Rui Afonso (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Paulo Núncio (CDS-PP), Angélique Da Teresa (IL), Célia Freire (PSD), Armando Grave (CH), Filipa Pinto (L), Ricardo Carlos (PSD), Filipe Sousa (JPP), Francisco Pimentel (PSD), Ricardo Moreira (CH), Marina Gonçalves (PS), Patrícia Almeida (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Paulo Sousa (CH), Joana Cordeiro (IL), Isaura Morais (PSD), Carlos Guimarães Pinto (IL), Paulo Muacho (L), Miguel Matos (PS), Alberto Fonseca (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS) e Cristina Rodrigues (CH).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 44 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias ao público que queira assistir aos nossos trabalhos e às Sr.as e Srs. Deputados o favor de se sentarem para iniciarmos os nossos trabalhos.

Burburinho na Sala.

Peço aos Srs. Deputados que, quando estiverem em pé, nalgum momento mais pontual, não estejam de costas viradas para o orador, porque é uma situação que não é agradável. Quando há intervenções, às vezes, os Srs. Deputados estão de costas para o orador e isso não é simpático.

A nossa ordem do dia de hoje consiste na discussão conjunta dos Projetos de Lei n.os 302/XVII/1.ª (IL) — Estabelece a obrigação de serviços mínimos quando se trata de satisfação de necessidades sociais impreteríveis e nas escolas no período letivo (vigésima primeira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), 303/XVII/1.ª (IL) — Pela valorização das carreiras da Administração Pública (vigésima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), 304/XVII/1.ª (IL) — Promove a garantia de uma verdadeira representatividade na Comissão Permanente de Concertação Social (oitava alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto), 305/XVII/1.ª (IL) — Regime de compensação pelas falhas dos serviços públicos, 306/XVII/1.ª (IL) — Regime de transparência, responsabilidade e escrutínio no Sector Empresarial do Estado e dos Projetos de Resolução n.os 390/XVII/1.ª (IL) — Fim de um país, dois sistemas: convergência da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas com o Código do Trabalho e 391/XVII/1.ª (IL) — Pela liberalização do transporte ferroviário de passageiros e privatização da CP.

Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Leitão, para apresentar as iniciativas da IL.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje é o dia em que defendemos o País, em que defendemos os trabalhadores de todos aqueles que querem um Portugal pequeno, um Portugal pobre, um Portugal atrasado.

Burburinho na Sala.

Portugal vive hoje com dois sistemas: o sistema daqueles que se mantêm numa redoma de direitos cristalizados; e o sistema daqueles que contribuem para que o País cresça e se desenvolva.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, peço desculpa por interromper, mas está muito barulho na Sala.

Eu pedi, pacatamente e com seriedade, para haver condições para a Sr.ª Deputada poder falar.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

São dois mundos que deviam ser cada vez mais semelhantes, mas que continuam separados por uma fronteira artificial criada pela política: de um lado o Código do Trabalho e do outro a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Dois regimes, duas velocidades, duas justiças.

Esta duplicação não é neutra, porque gera confusão, ineficiência, desigualdade e custos acrescidos para todos. O resultado está à vista: serviços que fecham cedo, inovação bloqueada, mérito que não conta, avaliações que não avaliam, talento que sai, cidadãos que esperam.

Depois, pergunta-se: porque é que o Estado funciona mal? Funciona mal, porque recusa reformar-se por dentro. O Governo, enquanto exige modernidade aos privados, mantém para o Estado um regime antiquado, rígido e longe da realidade. É aqui que a incoerência do Governo fica totalmente exposta.

O Governo intervém no Código do Trabalho para modernizar, para flexibilizar, para, supostamente, o adaptar ao século XXI. É uma opção política legítima e, a seu tempo, iremos discutir o detalhe das propostas de alteração

em profundidade, mas o que já não é legítimo é fingir que o outro sistema não existe e recusar-se a tocar numa única vírgula da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Aplausos da IL.

Aqui é que está o problema político, aqui é que está a incoerência, aqui é que está a cobardia.

Isto não é uma distração, não é um acaso; isto é uma escolha, uma escolha que revela falta de coragem para reformar o próprio Estado. É a escolha de manter o Estado fora do esforço de modernização, manter o sector público fora da exigência, manter o privilégio da exceção.

Enquanto ao sector privado se pede adaptação, ao Estado garante-se que nada muda; enquanto ao privado se pede flexibilidade, ao público garante-se rigidez; enquanto ao País se pede modernização, ao Estado permite-se continuar como sempre foi; enquanto aos outros se exigem mudanças, o próprio poder protege-se da mudança.

Esta assimetria não é socialmente justa nem politicamente aceitável. Isto é o retrato de um Estado que exige muito aos outros e quase nada a si próprio.

Srs. Deputados, durante anos disseram-nos que público e privado são mundos incomparáveis e incompatíveis. Hoje, isso já não convence ninguém. A Constituição não distingue trabalhadores públicos e privados nos direitos fundamentais, mas o Estado insiste em distingui-los na prática, porque, na prática, as funções exercidas são altamente comparáveis, têm as mesmas qualificações, as exigências técnicas são as mesmas, as responsabilidades são semelhantes, mas vivem sob leis diferentes, com regras de despedimento diferentes, com regimes disciplinares diferentes, com horários diferentes e greves com impactos diferentes.

Hoje, vemos a ironia fina deste País com dois sistemas: a chamada greve geral é, na verdade, feita, sobretudo, por sindicatos afetos à função pública,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … precisamente os únicos que não são afetados pelas alterações ao Código do Trabalho.

Aplausos da IL.

Fazem greve contra mudanças que não lhes tocam, num Estado que não se moderniza, num regime laboral que permanece intocável. Isto demonstra bem o paradoxo em que vivemos. Sempre que o País tenta dar saltos no seu desenvolvimento, o sector que continua imune à mudança mobiliza-se como se estivesse a perder direitos que nem sequer estão em causa.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Quero ser clara: o direito à greve é um direito constitucional, fundamental e inegociável. Mas também é constitucional o direito à saúde, à educação, à segurança, à mobilidade, ao trabalho, à proteção da infância, à dignidade da pessoa humana.

Mas quando uma greve fecha urgências hospitalares, suspende aulas por dias, impede pessoas de ir trabalhar, coloca em risco vidas humanas, não estamos perante o exercício saudável de um direito; estamos, sim, perante a colisão entre direitos fundamentais.

Protestos de Deputados do PS.

Hoje, em muitos setores, os serviços mínimos são simbólicos, insuficientes ou simplesmente ignorados. Isto não é equilíbrio de direitos; isto é aproveitamento político.

Protestos de Deputados do PS.

É, por isso, fundamental que haja serviços mínimos estabelecidos na lei, que sejam devidamente garantidos quando há uma greve, que não sejam postos em causa por negociações que não trazem soluções, e é exatamente isso que a Iniciativa Liberal propõe.

Os serviços mínimos não são um ataque à greve, são uma defesa da Constituição; os serviços mínimos não existem para enfraquecer trabalhadores, existem para proteger os cidadãos.

Aplausos da IL.

A desculpa clássica, já a conhecemos muito bem: «Ai, a greve só funciona se afetar as pessoas.» Não, Srs. Deputados, uma greve só é legítima se respeitar as pessoas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Vimos hoje exemplos de piquetes de greve a tentarem impedir trabalhadores de exercer o seu direito ao trabalho.

Vozes da IL e do CDS-PP: — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Isto é um ataque direto ao Estado de direito!

Aplausos da IL.

O objetivo de uma greve é pressionar o empregador, não é impedir quem quer trabalhar de o fazer, não é tornar reféns os cidadãos, não é bloquear hospitais, nem fechar escolas, nem paralisar transportes essenciais.

Numa altura em que tantas famílias já vivem com dificuldades, é impossível ficar indiferente às pessoas que hoje viram a sua vida virada do avesso.

A todos os trabalhadores que não conseguiram ir trabalhar e perderam rendimento, aos pais que não conseguiram deixar os filhos na escola, aos doentes que ficaram angustiados, sem saber se teriam consulta ou tratamento, aos trabalhadores que só queriam cumprir o seu dia de trabalho e foram intimidados por quem devia respeitar a sua liberdade, a todos vós deixo a minha solidariedade. Estamos aqui hoje. Hoje, a Iniciativa Liberal está aqui a trabalhar por todos vós.

Aplausos da IL.

Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, do Partido Socialista ao Bloco de Esquerda, sequestrar um País para fazer prova de vida não mostra força, mostra fraqueza.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Tenha vergonha!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Transformar maus resultados eleitorais numa tentativa de bloqueio nacional é admitir que as vossas ideias não convencem ninguém.

Aplausos da IL, do Deputado do PSD Alexandre Poço e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Protestos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, façam um favor ao País: digam aos vossos sindicatos para saírem da frente e deixem os portugueses trabalhar. Não brinquem com quem quer trabalhar.

Aplausos da IL.

Protestos do PS.

Há outro elemento que não pode ser ignorado: as centrais sindicais politizam estas greves como se representassem o País inteiro, quando, na verdade, representam apenas uma fração do sector público e uma minoria do mercado de trabalho.

Protestos do PS.

Transformam reivindicações legítimas em plataformas partidárias, usam a pressão sobre serviços essenciais como arma política e falam em nome de trabalhadores que nunca votaram neles.

Esta realidade expõe outra urgência: reforçar a representatividade na concertação social, para que não sejam sempre os mesmos a falar, os mesmos a bloquear e os mesmos a capturar o processo.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — São muito liberais, vocês!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Portugal precisa de uma concertação social que reflita verdadeiramente os trabalhadores e as empresas do século XXI, não apenas os interesses instalados do século XX.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr.as e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal defende algo muito simples e profundamente justo: um só mercado de trabalho com regras convergentes; um Estado sujeito à avaliação, à responsabilidade e ao mérito; um Estado que aplica a si próprio as exigências que coloca aos outros; um direito à greve protegido, mas compatibilizado com todos os outros direitos fundamentais; serviços mínimos reais, eficazes, fiscalizados e automáticos; e um Estado que protege trabalhadores, mas, sobretudo, que serve os cidadãos.

Em democracia, os direitos não se cristalizam, nenhum grupo pode suspender o País e nenhum Estado pode continuar a funcionar contra os próprios cidadãos. Portugal não pode continuar a ser um país com dois sistemas. Ou temos um Estado justo para todos, ou continuaremos a falhar a todos.

Aplausos da IL, de pé.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem cinco pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em dois blocos: primeiro a dois e depois aos outros três.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.ª Deputada Ana Bernardo, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal traz hoje um conjunto de diplomas sobre matérias laborais num dia marcado por uma greve geral.

Quero, desde já, saudar todos os trabalhadores: os que não quiseram fazer greve, os que não puderam fazer greve ou recearam fazê-la e os que, à custa da perda de um dia de salário, resolveram fazer greve.

Aplausos do PS.

A força desta greve demonstra bem a união de todos os trabalhadores na rejeição das propostas do Governo, vindo desmentir aqueles que a consideraram extemporânea, instrumentalizada ou, como agora vimos, até ilegítima.

A Iniciativa Liberal veio hoje juntar a sua voz à grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores que a AD (Aliança Democrática) defende.

Aplausos do PS.

De facto, nada de novo por parte da IL.

Trata-se de um pacote centrado na Administração Pública, pretendendo, uma vez mais, dividir os trabalhadores do público contra os do privado,…

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Já estão divididos!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — … quando, na realidade, o que nos divide são os trabalhadores com direitos e os trabalhadores sem direitos.

Aplausos do PS.

Num dos diplomas, a IL vem restringir ainda mais o direito à greve na educação, com o alargamento dos serviços mínimos em situações de vulnerabilidade e necessidades especiais, um conceito algo vago.

Não são os sindicatos, nem são os partidos de esquerda que definem o conceito de serviço mínimo. É a Organização Internacional do Trabalho, que tem empregadores, trabalhadores e governos. E a educação não é um desses serviços mínimos. Porquê? Porque não há risco de vida, não há risco de segurança, não há risco de saúde.

Assim, Srs. Deputados, faço a seguinte pergunta: como é que a Iniciativa Liberal compagina a proposta com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado português? Mais uma vez se vê que a única resposta que a Iniciativa Liberal tem é a de condicionar a greve e limitar os direitos dos trabalhadores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alexandre Poço, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, neste dia em que alguns pretenderam parar e bloquear o País com uma greve geral, gostava de dirigir a primeira mensagem do PSD ao povo trabalhador, aos trabalhadores que escolheram hoje produzir, avançar e não deixar bloquear este País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em segundo lugar, gostava de dizer que no PSD respeitamos todos: a minoria que faz greve, a maioria que trabalha. No PSD, dialogamos com todos, ouvimos todos. E se há marca de um Governo de 20 meses é a de que respeitamos os trabalhadores — quando os salários aumentam, quando o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) desce quatro vezes, quando os salários médios das classes médias deste País nunca estiveram tão altos, como nesta governação da Aliança Democrática.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, é ouvir todos, é dialogar com todos e é governar para todos, para a minoria que faz greve e para a maioria que trabalha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Nós, no PSD, habituados ao longo de 50 anos a levar com consecutivas greves gerais, em vários momentos e várias décadas da história da democracia portuguesa,…

Protestos do PS.

… dizemos o seguinte, e dizemos sempre o mesmo, às forças imobilistas que tentam bloquear o nosso País: nós não vencemos eleições, nós não estamos no poder para gerir o presente; nós estamos no poder para transformar este País, para garantir que em Portugal os salários podem ser do melhor nível da União Europeia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não estava lá a propostazinha!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É por esse motivo que nós estamos no Governo. E é por isso que, às forças imobilistas deste País, nós dizemos que cá continuaremos a trabalhar com ambição, com diálogo…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Agora vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Leitão, que tem de ter condições para prestar os esclarecimentos de forma audível. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, agradeço aos Srs. Deputados as questões colocadas.
Sr.ª Deputada Ana Bernardo, deixe-me ser muito direta. Nós estamos aqui a defender todos os trabalhadores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Todos!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Todos os trabalhadores! É muito importante perceberem isso.
Quando fala em divisão, Sr.ª Deputada, digo-lhe que convergência, que é aquilo que estamos a tentar fazer, é unir. Aquilo que os senhores fazem e daquilo que se alimentam é das divisões.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não somos nós! Fazem isso há décadas. Há décadas!

Aplausos da IL.

Protestos do PS.

Outra coisa: a Sr.ª Deputada tem a coragem de vir aqui dizer que a educação não tem de ter serviços mínimos e põe em causa alunos com necessidades especiais, alunos com vulnerabilidade?! Estamos a brincar? As pessoas que mais precisam são aquelas que os senhores querem deixar completamente à sorte.

Protestos do PS.

Vou dar-lhe três exemplos: França, Alemanha, Reino Unido, todos têm serviços mínimos para a educação, fora dos exames nacionais. Todos, todos! Aprendam alguma coisa com estes exemplos.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Sr. Deputado Alexandre Poço, as suas palavras são bonitas, foi uma bela proclamação. Não me fez nenhuma questão em concreto, mas deixe-me aproveitar para lançar o desafio: que as suas ações sejam consequentes com as suas palavras, porque normalmente há um desfasamento grande entre as palavras do PSD e a ação dos seus representantes no Governo. Vamos ver se, desta vez, há essa consequência.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Manuela Tender, tem a palavra para fazer um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, a IL decidiu apresentar o Projeto de Lei n.º 302/XVII/1.ª no exato momento em que decorre uma greve geral, criando um regime especial para profissionais de educação, com obrigações adicionais que não recaem de modo equivalente sobre outras classes profissionais abrangidas pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que este diploma se propõe alterar.

Esta diferenciação não encontra fundamento material, tratando-se de um ato legislativo casuístico e reativo, motivado pelas greves dos últimos anos, que têm resultado da incapacidade dos Governos em melhorar remunerações, carreiras e condições de trabalho.

Pretende-se reduzir a capacidade de reivindicação dos profissionais da educação, que têm sido altamente desvalorizados, colocando-os discricionariamente numa posição de desigualdade objetiva, violando o princípio da igualdade.

Com que fundamento jurídico e ético é que a IL cria um regime especial que discrimina negativamente a carreira docente face a outras carreiras da função pública, impondo-lhe restrições mais amplas ao direito à greve?

O diploma suscita-nos outras questões. Não resolve qualquer problema estrutural da educação, apenas cria um mecanismo para reduzir a eficácia das greves. A obrigação permanente e automática de serviços mínimos em todas as greves durante o período letivo cumpre o princípio constitucional da proporcionalidade?

Por outro lado, de que forma é que o novo n.º 3 é compatível com a doutrina liberal da imposição aos sindicatos da responsabilidade direta de assegurar o cumprimento de serviços mínimos? Pior ainda, incentiva implicitamente a sindicalização dos professores.

Se as decisões do colégio arbitral já determinam serviços mínimos para segurança, necessidades especiais e alimentação, que necessidade existe de impor uma regra geral para todas as greves? Que falha específica, não suprível pelo regime atual, está a IL a tentar resolver?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, tem 2 minutos para o seu pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, a Iniciativa Liberal escolheu convocar um debate potestativo precisamente no dia de uma greve geral.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E então?!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Pergunto: será para fazer prova de vida?

Aplausos do L.

Protestos da IL.

Vozes da IL: — Olha quem fala!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — É que esta é uma greve em que milhares de trabalhadores se levantam contra o anteprojeto do Governo Trabalho XXI, que aumenta a precariedade, estica horários…

Protestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.ª Deputada está a fazer um pedido de esclarecimento e tem de ser audível também, senão depois a Sr.ª Deputada Mariana Leitão não sabe esclarecer.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Como dizia, esta é uma greve em que milhares de trabalhadores se levantam contra o anteprojeto do Governo Trabalho XXI, que aumenta a precariedade, estica horários, desvaloriza quem trabalha e pretende manter Portugal preso a um modelo económico assente em mão de obra barata.

Convocar este debate hoje não é nada inocente. É um gesto político claro para desviar atenções e para desmobilizar e diminuir a luta dos trabalhadores. E é, desde logo, um desrespeito pelos trabalhadores e pela sua mobilização democrática.

É grave que, ao mesmo tempo, a Iniciativa Liberal apresente uma proposta de alteração à concertação social que constitui um ataque frontal aos trabalhadores,…

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

… uma proposta que enfraquece deliberadamente as centrais sindicais e reforça o poder patronal, sem acrescentar qualquer voz efetiva aos trabalhadores mais desprotegidos, incluindo os falsos recibos verdes.

Risos e protestos da IL.

O que fazem é desequilibrar estruturalmente um espaço que existe para garantir alguma justiça entre quem trabalha e quem emprega. E aqui está a contradição ideológica fundamental. Um partido que se diz liberal devia ser o primeiro a defender as liberdades, os direitos e a dignidade dos trabalhadores,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É isso!

Vozes da IL: — De todos!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … porque os trabalhadores também são cidadãos livres e porque não há verdadeira liberdade quando há precariedade, medo e relações laborais desiguais.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Por isso, pergunto: como podem garantir que esta proposta não é um cavalo de troia para enfraquecer quem trabalha e transformar a concertação social num instrumento ao serviço dos empregadores? E como justificam, enquanto partido que se afirma liberal, esta ofensiva contra os direitos, as liberdades e a dignidade de quem trabalha?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, queria cumprimentá-la pela intervenção.

Hoje era o dia em que supostamente a extrema-esquerda ia mostrar que ainda servia para alguma coisa, que servia para parar o País. O problema é que não só a extrema-esquerda não serve para parar o País, como aquilo que queriam não aconteceu. O País não parou, o País quer muito mais andar para a frente do que os senhores são capazes de o pôr a andar para trás.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas há uma coisa que é muito importante discutirmos hoje. Se estamos a discutir direitos dos trabalhadores e liberdades, temos de discutir os direitos e as liberdades de todos os trabalhadores, não só de alguns.

Voltámos a ver hoje cenas lamentáveis de uma extrema-esquerda que continua a atuar como atuava no PREC (Processo de Revolução em Curso),…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … achando que mostrar a força dos trabalhadores é pôr os trabalhadores de um dos lados à força. Ou seja, os trabalhadores não são livres de aderir ou não à greve.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade! Coação!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há piquetes de sindicalistas privilegiados, sindicalistas que têm mais direitos do que os seus colegas, que trabalham menos do que os seus colegas e que acham que nestes dias podem impedir os seus colegas de exercer os seus direitos e de exercer a sua liberdade.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.as e Srs. Deputados, Portugal não é só um país onde a esmagadora maioria dos trabalhadores não quer parar e não quer andar para trás. Portugal é um país que virou a página da ditadura do sindicalismo e da ditadura do proletariado há muito tempo.

Por isso, tenho uma pergunta concreta para fazer à Sr.ª Deputada Mariana Leitão. Já vivemos numa democracia plena, mas continua a haver resquícios de totalitarismo de esquerda. Como é que a Sr.ª Deputada entende que protegemos a liberdade e os direitos daqueles que querem trabalhar e que são alvo destas ações totalmente inaceitáveis de trabalhadores privilegiados, sindicalistas privilegiados, que não respeitam o direito ao trabalho e a liberdade de quem quer trabalhar da esmagadora maioria dos portugueses?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Leitão, tem 3 minutos para responder a este grupo de pedidos de esclarecimento.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, agradeço as questões que foram colocadas.

Sr.ª Deputada Manuela Tender, do Chega, a única conclusão que consigo tirar da sua intervenção é que o Chega, neste momento, à semelhança do PCP, prefere defender o corporativismo a defender o interesse dos cidadãos.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Não, não!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É a única conclusão que eu tiro.

Aplausos da IL.

Depois, vou responder ao Sr. Deputado João Almeida, aproveitando também para responder à Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre. Sr.ª Deputada, a melhor maneira é com as propostas que apresentámos aqui, nomeadamente o alargamento da concertação social, para garantir que a concertação social não é capturada por duas centrais sindicais que representam apenas 7 % dos trabalhadores.

Vozes da IL: — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Repito, 7 %! É este o último número disponível.

Outra questão: é para garantir que em momento algum, sob pretexto algum, se admite, se tolera, se legitima ou se desvaloriza a coação…

Vozes da IL e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … que é feita às pessoas, aos trabalhadores que querem, de facto, trabalhar, mesmo em dia de greve geral.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Hoje é dia de greve geral, convocada conjuntamente pelas duas centrais sindicais, a primeira em mais de 12 anos. As minhas primeiras palavras são, por isso, de solidariedade para com todos os que trabalham e para com todos os que decidiram fazer greve.

Aplausos do PS.

Hoje, dia de greve geral, o Governo não considerou oportuno estar aqui, a debater a greve, olhos nos olhos com os partidos,…

Protestos do CH.

… olhos nos olhos com os Deputados, olhos nos olhos com o País.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Aderiram à greve!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mesmo sendo um debate provocatório, suscitado pela Iniciativa Liberal — muleta do Governo nestas matérias —, nem Primeiro-Ministro, nem Ministro do Trabalho, nem nenhum membro do Governo,…

Aplausos do PS.

… ninguém, neste debate, na Assembleia da República!

A resposta do Governo é a ausência, é a fuga, como tem fugido sempre a controverter a substância deste debate em cada um dos recuos laborais que quer impor a quem trabalha e ao País.

Ainda há poucos dias tivemos aqui o Primeiro-Ministro Luís Montenegro, com um tom entre a arrogância e a desfaçatez, a perguntar: «Eu, que estou em casa,…» — não sabemos onde está hoje —…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está a trabalhar!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … «… penso “Vou fazer greve porquê?”».

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Trabalhasse, para variar!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — A questão que se coloca — «e é séria», jurava o Primeiro-Ministro — é: esta é uma greve geral porquê? Para reclamar o quê?

O Sr. Primeiro-Ministro finge não saber, mas os portugueses sabem.

Aplausos do PS.

Será que é por se alargarem contratos a prazo de dois para três anos e de quatro para cinco anos? Será que é por se permitir que uma pessoa seja contratada a prazo aos 20, aos 25, aos 30, aos 35, aos 40 anos, se tiver tido o azar de nunca ter tido um contrato permanente?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Ó, por favor!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Uma vida inteira de precariedade, de incerteza, de falta de projeto de vida, de não poder comprar casa.

Será por isto, Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do PS.

Será que é por se querer voltar atrás, ao banco de horas individual que vai permitir pressionar cada trabalhador — não uma empresa, não um turno, não uma equipa, mas cada trabalhador — a trabalhar mais 2 horas por dia, sem receber qualquer compensação adicional por isso? Será por isso, Sr. Primeiro-Ministro?

Será que é por se querer retirar direitos a quem está em teletrabalho? Ou será por se querer propor um recuo civilizacional ao descriminalizar o trabalho clandestino e não declarado?

Aplausos do PS.

Será que é por se querer permitir que logo no dia a seguir a um despedimento coletivo possam estar outros trabalhadores a fazer as mesmas tarefas, nas mesmas secretárias, com muito menos direitos, como se quer fazer com o *outsourcing*?

Aplausos do PS.

Será que é por se querer recuar na proteção do trabalho independente — que a Iniciativa Liberal finge aqui querer representar —, ou dos trabalhadores em *outsourcing*, ou em trabalho temporário?

Sr.ªs e Srs. Deputados, são estas mudanças, e muitas mais, injustificadas e graves, que têm o apoio da Iniciativa Liberal — e, já agora, também do Chega —, que estão hoje em debate.

Protestos da IL e do CH.

Temos um Primeiro-Ministro e um Governo que estão ausentes deste debate, um Primeiro-Ministro arrogante, sem noção e fora da realidade, que finge não compreender as razões da greve, porque é esta verdadeira contrarreforma que quer impor ao País.

Mas estas, Srs. Deputados, são mesmo medidas graves e injustificadas, que têm cobertura, repito, da Iniciativa Liberal e do Chega.

Protestos do CH.

Isto porque, quando toca a cortar nos direitos dos trabalhadores, o PSD e o CDS são os partidos do «mata», a Iniciativa Liberal e o Chega são os partidos do «esfola», e é por isso que serão responsabilizados perante os portugueses e perante o País.

Aplausos do PS.

Preocupações com os direitos dos trabalhadores? Zero. Preocupações com a precariedade dos jovens de gerações inteiras? Zero.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Preocupações com o impacto da precariedade nos projetos de vida? Zero.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Preocupações com horários desregulados, com prejuízos para a família?

Vozes do PS: — Zero!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Zero. Preocupações com as novas formas de trabalho e com a transição digital?

Vozes do PS: — Zero!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Zero. Preocupações com o enfraquecer, ainda mais, dos sindicatos e não salvaguardar o diálogo social das empresas? Zero, zero, zero e mais zero, Srs. Deputados!

Aplausos do PS.

O Governo diz: «Temos de limitar os direitos de quem recorre à greve». Vem logo a Iniciativa Liberal a correr, para ficar na fotografia, a querer alargar à educação os serviços mínimos,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E bem!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … mesmo quando isso está fora das regras da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

O Governo diz: «Os sindicatos não têm suficiente representação e por isso vamos — imagine-se — enfraquecê-los ainda mais.» Vem logo a IL, a correr, sem saber do que fala, às três pancadas, querer incluir na concertação trabalhadores independentes. Se querem os independentes na concertação, votem contra a proposta do Governo, porque é ela que impede os sindicatos de representarem os trabalhadores independentes.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

A Iniciativa Liberal diz que é a favor da livre iniciativa e da livre representação, ao que parece, de todos — de si própria, das grandes empresas, dos interesses que representa —; de todos, menos dos trabalhadores. Acaba a propor, imagine-se, os bastonários das ordens profissionais na concertação.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Não é nada disso!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — A Iniciativa Liberal, que diz ser contra o fechamento das ordens profissionais, quer pô-los na concertação social.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É mentira!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Vivemos para viver este dia.

Aplausos do PS.

Esta é a direita que temos. Repito, esta é a direita que temos, alinhada com o maior e mais injustificado recuo nos direitos dos trabalhadores de que há memória no País.

O emprego em máximos, a economia a crescer, mas a mesma vontade de sempre de vingança contra os trabalhadores.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

A mesma vontade de não querer partilhar com todos os resultados do País, o crescimento económico e o emprego em máximos.

Querem desequilibrar ainda mais a balança a favor de quem já mais tem. É uma agenda injustificada, prejudicial, desumana.

O Governo é o autor material desta contrarreforma. O Governo é o autor moral desta greve. Mas os senhores são cúmplices do Governo. Não contam connosco para este caminho!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento, a que, julgo, responderá em conjunto.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O primeiro pedido de esclarecimento é da Sr.ª Deputada Carla Barros, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, saudemos o País, porque o País hoje está a trabalhar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — O País hoje decidiu trabalhar, contrariamente à vontade do Partido Socialista.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Mas com a mesma saudação e com a mesma atenção com que nos dirigimos ao País que está a trabalhar também ouvimos os trabalhadores que hoje decidiram fazer greve.

Agora vamos à jogada do «zero mais zero» do Sr. Deputado Miguel Cabrita. O Sr. Deputado fala nos jovens e na preocupação dos jovens. Ó Sr. Deputado, herdámos do Partido Socialista a maior taxa de desemprego jovem de que há memória, Sr. Deputado!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Aplausos do PSD.

Preocupação com os jovens: zero mais zero, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Está a gozar!

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Preocupação com o aumento dos salários mínimos e do salário médio,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nem na troica!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — … Sr. Deputado, o Partido Socialista foi o primeiro Governo a cortar os salários e as pensões. Sr. Deputado, zero! Zero mais zero para o Partido Socialista.

O Sr. Deputado também falou na descida da carga fiscal. Sr. Deputado, o Partido Socialista: zero mais zero. Neste momento, o Governo da AD desce, pela quarta vez consecutiva, a taxa de IRS e baixa a taxa de IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas).

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Sr. Deputado, zero mais zero foi a governação, foi o desempenho que o Partido Socialista disponibilizou ao País durante décadas, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

Foi este o desempenho que VV. Ex.ªs disponibilizaram ao País.

Por isso, Sr. Deputado, com o rumo que este Governo já teve até agora, vamos continuar. Vamos cumprir o acordo tripartido de melhoria de rendimentos e valorização salarial até 2028, e temos mais ambição. Vamos fazer a reforma laboral, com o diálogo social, lá fora, com os parceiros sociais envolvidos, e vamos ouvir esta Câmara para encontrarmos as melhores reformas.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vão fazer a contrarreforma laboral, contra os trabalhadores!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Miguel Cabrita, disse, na sua intervenção, que o Partido Socialista é o partido que defende os trabalhadores.

Então, vamos a factos.

Desemprego jovem: 20 %; um em cada cinco trabalhadores jovens — dos que ficam em Portugal, porque um terço teve de emigrar devido a muitas das políticas do Partido Socialista.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

Protestos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Um em cada cinco jovens que permanecem em Portugal está desempregado.

Outro facto: Portugal é um dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) com maior precariedade. Sabe porquê, Sr. Deputado?

Outro facto: Portugal é dos países da OCDE com o mercado laboral mais rígido.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mesmo depois da reforma que foi feita durante o período de intervenção da troica — reforma essa que, recordo, foi negociada pelo Partido Socialista e que incluía a reforma do mercado laboral —,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sim, sim!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … mesmo depois disso, Portugal continua a ser um dos países com o mercado laboral mais rígido da OCDE. Em 36 países da OCDE, Portugal está em 2.º lugar, a seguir à Turquia, no *ranking* dos países onde é mais difícil despedir um trabalhador.

Os Srs. Deputados não conseguem fazer uma ligação óbvia, que é a seguinte: quanto mais rígido for o mercado laboral, mais precariedade irá existir.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A precariedade é uma consequência natural dessa rigidez.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Aprendam! Isto é básico!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A pergunta é retórica: os Srs. Deputados sabem isso? Não sabem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Velhacos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, Srs. Deputados, se o grande contributo do Partido Socialista para os trabalhadores é este, se é este o legado, olhe, mais vale não fazerem nada!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Miguel Cabrita, nem uma palavra sobre um dos projetos que está em cima da mesa e que tem a ver com a ferrovia.

Mas não é difícil perceber porquê. É porque ouvir o PS falar de ferrovia não é só um exercício de paciência, é um exercício de hipocrisia política.

Nós temos memória!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É preciso ter memória é!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Nós temos memória, e a vossa coerência é tanta, tanta, que ninguém vos entende. Ninguém vos entende!

Vejamos, vamos por partes. Em 6 de agosto de 2018, Guilherme de Oliveira Martins: «A ferrovia tem qualidade e dignidade».

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Em 27 de março de 2019, Pedro Marques: «PS pegou na ferrovia abandonada e hoje temos obra feita e obra lançada».

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Temos obra feita temos!…

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Em 27 de abril de 2022, António Costa: «O trabalho do PS na ferrovia é a maior revolução do último século.» Do último século!

Em 30 de abril de 2022, António Costa, inspiradíssimo, porventura depois de vir da Madeira, onde prometeu o *ferry*: «A ferrovia tem dívida sanada, comboios limpos e atrasos resolvidos». Fantástico!

Em 30 de janeiro de 2024, Pedro Nuno Santos: «A ferrovia tem avançado tanto com os nossos projetos.» O paraíso. É Deus no céu e a ferrovia socialista na terra!

Até que acontece isto, em 1 de outubro de 2025 — isto é lindo! —, José Luís Carneiro: «O estado da ferrovia é algo que muito nos preocupa.»

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Ó senhores, decidam-se! Decidam de uma vez qual é a vossa posição na ferrovia.

E como é que vota este partido que está tão preocupado com a ferrovia? Eu digo-lhe: reforço da ferrovia no Sado, contra;…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — … direitos dos passageiros e utentes, contra; correção do plano ferroviário, contra; reforço do investimento da ferrovia,…

Vozes do CH: — Contra!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — … contra; reforço da ferrovia em Setúbal,…

Vozes do CH: — Contra!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — … contra; apoio ao transporte ferroviário, contra.

Contra! Contra! Contra!

Aplausos do CH.

É assim que vos cai a máscara. É assim que vos cai a máscara!

Uma pergunta só: quando é que vão pedir desculpa aos portugueses por aquilo que fizeram? Quando é que vão pedir desculpa pela oportunidade perdida?

Vocês são o partido da hipocrisia!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, relembro que são vários os diplomas que estão em causa.
Para responder, dispondo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Deputado Francisco Gomes, agradeço-lhe muito a intervenção, que fez muito sentido neste debate.

Risos.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Façam as contas! Façam o vosso trabalho de casa!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sim, o PS tem muito orgulho em relançar a aposta na ferrovia que fez em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Estudassem! Façam o vosso trabalho de casa!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mas verifico uma coisa, Sr. Deputado: fez um esforço terrível para não falar nem uma vez de greve, nem dos trabalhadores, nem da contrarreforma laboral.

Aplausos do PS.

Essa é que é a verdadeira questão da sua intervenção.

Aplausos do PS.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — E a resposta?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr.ª Deputada Carla Barros,…

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — A resposta?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … agradeço também a sua intervenção, mas ela é mais um sinal de desespero, parecido com quando o Primeiro-Ministro começa a atirar números à Trump, com os salários mínimos em 1500 €, 1600 €, 2000 €, num país que não existe.
Vejo que se quer refugiar nos números da greve, mas para esse peditório não vou dar.
Agora, desemprego jovem? O PSD chegou a ter desemprego jovem a 42%. Em 2015, era abaixo de 30 % e reduzimos para os níveis atuais. A Sr.ª Deputada quer mesmo falar de desemprego jovem em Portugal?

Aplausos do PS.

Mais, Sr.ª Deputada, quando fala em desemprego jovem — e vi que não quer falar de precariedade —, a Sr.ª Ministra não quer é falar dos salários dos contratos precários que são, em média, 27 % abaixo dos contratos permanentes, sem progressão salarial, sem perspetivas de vida.

O orador exibiu o documento que referiu.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Porque é que eles aumentaram?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É isto que têm para mostrar e para prometer aos jovens.

E na mesma linha, ó Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, os níveis de desemprego jovem são os que conhecemos. Os Srs. Deputados dizem que querem mais salários, mas a realidade é esta,…

O orador exibiu um gráfico.

… querem alargar os contratos a prazo, querem alargar os contratos a termo,…

Vozes da IL: — Não é verdade!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … querem que uma pessoa possa ser contratada a termo até aos 40, 45, 50, não importa, hipotecando completamente os projetos de vida. E vêm-nos falar da rigidez da legislação laboral! Sr. Deputado, aquilo que os jovens querem é salário,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É emprego!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … o que querem é carreira, o que querem são perspetivas de vida.

Aplausos do PS.

E não diga que é a mais rígida quando temos, nos despedimentos coletivos por exemplo, da legislação mais flexível da Europa.

Aplausos do PS.

Escolhem só a parte da realidade que querem e normalmente — normalmente — é a parte da realidade que diz respeito aos empregadores, é a parte da realidade que não diz respeito aos trabalhadores. E é por isso que a Iniciativa Liberal, a iniciativa autoproclamada liberal, cada vez mais se aproxima de uma iniciativa iliberal…

Vozes da IL: — Oh…!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … quando toca aos direitos dos sindicatos, dos trabalhadores…

Aplausos do PS.

… que se filiam livremente nos sindicatos que entendem, que se fazem representar como entendem, e isso os senhores não aceitam. E nessa matéria, em particular, portam-se muito pouco como herdeiros da tradição pluralista de representação de iniciativa, que parecem querer reservar para todos, menos para os trabalhadores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Que vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para uma intervenção.

Protestos da IL e contraprotestos do PS.

Burburinho na Sala.

É natural que haja diferentes posições em relação a este tema. Isso já vem de há muitos anos, e é normal em democracia. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Dirijo daqui uma forte saudação do PCP aos trabalhadores em luta…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Piquete!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … para derrotar o pacote laboral do Governo. Trabalhadores que não se deixaram condicionar, mesmo perante a chantagem, a pressão e, até, a ameaça, e exercem o seu direito à greve. É de uma grande coragem e de uma enorme dignidade!

Por mais que tentem, não conseguem ocultar a grandiosa mobilização e participação dos trabalhadores na greve geral. Aí estão os trabalhadores, a demonstrar a sua força, unidade e determinação. A greve geral está por todo o País, nos diversos setores de atividade, no público e no privado.

E aí está a resposta dos trabalhadores à brutal ofensiva que constitui este pacote laboral. E é muito clara essa resposta: os trabalhadores dizem não ao pacote laboral, não aceitam retrocessos nos seus direitos e hoje, para além desta extraordinária demonstração, mostraram a disponibilidade para continuar a lutar até à derrota do pacote laboral.

Vêm para aqui dizer que a greve é um direito, mas, bem lá no fundo, o que desejavam é que não fosse exercido. Não o conseguindo, porque são os trabalhadores que decidem e que concretizam a greve, querem condicionar esse direito, limitar e, se possível, aniquilar na prática. É esse o objetivo da Iniciativa Liberal com este agendamento potestativo.

Para lá da provocação, que só revela aquilo que são, aquilo que defendem e os interesses que servem — os dos grupos económicos, mesmo que isso signifique prejudicar o povo português —, utilizam todos os meios e mais alguns para tentar limitar a força dos trabalhadores e facilitar o ataque a direitos.

Mas a hipocrisia não fica por aqui. Partidos que nunca tiveram preocupações com os trabalhadores, dizem que no dia de greve têm o direito a ir trabalhar; esquecem-se é de dizer que defendem opções políticas que são responsáveis por promover os despedimentos, negando o direito ao trabalho. Falam do direito ao trabalho, mas defendem propostas como a que consta no pacote laboral, de legalização do despedimento sem justa causa,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O que é que vocês sabem?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … o que significa que todos os trabalhadores podem ver o seu posto de trabalho em risco. São responsáveis por tornar a vida dos trabalhadores todos os dias num inferno, quando têm de sair de madrugada para trabalhar — e não são poucos os casos, com dois ou três trabalhos — por um salário de miséria; que têm de apanhar transportes públicos sobrelotados e que, muitas vezes, chegam atrasados;…

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

… a quem são impostos ritmos de trabalho desumanos; e que, porque chegam a casa tardíssimo ou porque trabalham por turnos, nem sequer conseguem estar com a sua família e os seus filhos!

Falam das escolas, das crianças, mas são exatamente os mesmos que estão de acordo com este pacote laboral que promove ainda mais a desregulação dos horários de trabalho, com o banco de horas individual para impor jornadas de trabalho de 10 horas por dia, 50 horas por semana.

Onde é que fica a conciliação entre a vida profissional e pessoal? Onde fica o tempo do trabalhador para acompanhar os seus filhos?

Estão de acordo com uma proposta que limita o direito à amamentação. Este pacote laboral é uma afronta aos direitos dos trabalhadores, mas também é uma afronta aos direitos das crianças.

Sobre as escolas quero acrescentar ainda o seguinte: se para a Iniciativa Liberal as escolas são uma espécie de depósito de crianças, para o PCP as escolas são espaços de pedagogia e de aprendizagem e um direito das crianças, no qual tem de haver investimento e não desinvestimento, como está a ser feito pelo PSD e o CDS, e com o qual a Iniciativa Liberal está de acordo.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não sabes!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Apesar de todas as manobras, da gigantesca operação de propaganda, podem repetir falsidades atrás de falsidades sem adesão à realidade, mas não conseguem apagar o significado da greve geral contra as propostas do Governo do PSD/CDS, que têm o apoio da Iniciativa Liberal e do Chega, para promover baixos salários, mais precariedade, mais desregulação dos horários de trabalho, mais exploração, facilitar o despedimento, atacar os direitos de maternidade e paternidade, consolidar a caducidade da contratação coletiva e atacar os direitos sindicais e o direito à greve.

Os trabalhadores hoje disseram que não aceitam retrocessos. Disseram «não» ao pacote laboral e disseram que estão aqui para continuar a luta até derrotar o pacote laboral; o caminho de que Portugal precisa é outro, é o da valorização do trabalho e dos trabalhadores.

E, por mais que vos incomode, por mais que não gostem, por mais que não queiram, há uma coisa com que podem sempre contar: com a luta dos trabalhadores!

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, tem dois pedidos de esclarecimento. Tem 56 segundos e mais 15 para prestar esclarecimentos.

Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Ana Isabel Ferreira, do PSD, que tem 2 minutos para pedir esclarecimentos. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sim, hoje vamos falar de greve. Desde já os meus parabéns por a Sr.ª Deputada Paula Santos estar aqui hoje, a trabalhar,…

Risos e aplausos do PSD.

… enquanto os seus colegas provavelmente, estão à frente de algum piquete de greve.

Protestos do PS e do L.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Ah, é isso que têm para dizer?

Voz do PSD: — Não está no piquete, hoje!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Hoje, assistimos a um exercício de democracia, possível apenas em países livres como Portugal,…

Protestos do PS e do L.

… cujos valores diferem claramente das ideologias comunistas e autocráticas com que o PCP se identifica, e que prevalecem em países como a Rússia, a Coreia do Norte, a Venezuela ou a China.

Protestos do PS e do L.

Contudo, esta greve não representa todos: limita-se só aos funcionários públicos. O direito à greve não deve sobrepor-se ao direito ao trabalho dos restantes.

Porquê esta greve agora? A narrativa de que o pacote laboral já está em vigor é falsa. Ele não foi discutido nem votado no Parlamento. Existem apenas propostas apresentadas na concertação social que preferiram não negociar, avançando para a greve.

Protestos do PS e do L.

Em apenas 15 meses de governação, mais de 21 carreiras da Administração foram atualizadas, garantindo a milhares de trabalhadores o reconhecimento…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… que o Governo da geringonça não concretizou.

Burburinho na Sala.

O atual Governo aumentou salários, reduziu o IRS, corrigiu injustiças e criou carreiras especiais. Onde estavam os sindicatos…

Burburinho na Sala.

… peço desculpa, mas não consigo continuar…

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr.ª Deputada.

Sr.ª Deputada, realmente há dificuldade, mas noutras ocasiões também há, com outros intervenientes a fazerem o mesmo.

Por isso, temos todos de ter atenção, para deixarmos que realmente sejam audíveis todas as intervenções. A Sr.ª Deputada Paula Santos não poderá esclarecer se não ouvir a pergunta que está a ser colocada. Assim, pedia a atenção de todos.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Onde estavam os sindicatos, o PCP e a esquerda quando, ao longo de oito anos, estes trabalhadores permaneceram estagnados?

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Onde estavam quando se votaram os aumentos salariais, as descidas de IRS para trabalhadores e de IRC para micro e pequenas empresas, ou a recuperação do tempo de serviço dos professores e outras carreiras? Pasme-se: muitas vezes, o PCP votou contra ou absteve-se.

Esta greve surge como instrumento político, para que a esquerda procure nas ruas a influência que não conseguiu nas eleições, funcionado como um balão de oxigénio…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como é evidente, é natural que haja posições diferentes.

A vantagem da idade é que eu, desde o 25 de Abril, tenho acompanhado estes temas, já com a situação de adulto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muitas greves gerais!

O Sr. **Presidente**: — Em 50 anos, discutiu-se sempre com grande fulgor e com grande emoção, é normal. Outros no passado o fizeram e o País foi evoluindo. Estamos nós agora nesta circunstância, e o País também há de continuar depois do nosso debate.

Por isso, se nos ouvirmos todos uns aos outros, talvez seja possível encontrar melhores soluções para a questão que estamos aqui a tratar. Sem nos ouvirmos é que isso é impossível.

Portanto, pedia a todos os Srs. Deputados o favor de respeitarem quem está a intervir ou a fazer um pedido de esclarecimento, pois assim também damos um bom exemplo de prática democrática.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Reis, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Paula Santos, algo que sempre ouvimos, de forma mentirosa ao longo destas décadas, foi que vocês são os defensores dos trabalhadores.

Então vamos ouvir a realidade: um partido que instrumentaliza os sindicatos para prejudicar os trabalhadores, um partido que ataca constantemente as empresas que criam o emprego e pagam os salários. Vocês são, sabem o quê? São os grandes inimigos de quem trabalha. Isso sim, é o que vocês são.

Aplausos do CH.

Sr.ª Deputada, se não fossem os trabalhadores, não existiam empresas, é um facto. Mas se não fossem as empresas, quem é que criava trabalho, para haver também trabalhadores? Pasme-se com esta!

É que são as empresas, o conjunto dos patrões com os trabalhadores, que formam uma sinergia que permite que a economia cresça, que o País se desenvolva e que não se transforme no vosso objetivo perverso de ter uma Cuba europeia. Isso sim!

Aplausos do CH.

E, Sr.ª Deputada, já todos gozámos — não vale a pena dizer que não — quando vocês falam dos «grandes grupos económicos».

Então diga-me: se não fosse a SONAE, a GALP, todos esses que vocês criticam, quem é que criava massivamente emprego em Portugal? Quem é que pagava os melhores salários?

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Melhores salários?! Só pode estar a brincar!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — O que é que acontecia aos trabalhadores? O que é que acontecia às suas famílias e aos milhares de postos de trabalho que criam? O que é que acontecia?

Queremos mais empresas dessas em Portugal e queremos que Portugal seja atrativo para essas empresas, respeitando, ainda assim, o trabalho destes mesmos trabalhadores.

Então dê-me uma resposta a isto, sem chavões e com soluções. Soluções essas que vocês não têm, porque vocês não representam os trabalhadores, vocês representam uma classe mandriona, de dirigentes sindicais que não trabalham,…

Aplausos do CH.

… que têm urticária ao trabalho e que dizem, inclusivamente, que representam os professores — sem nunca terem dado aulas — há mais de 35 anos. É essa malta que vocês representam.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não diga mentiras! Mentira!

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — E por isso, a única pergunta que tenho para si é esta, a juntar às que já lhe fiz: sem as empresas, quem cria riqueza? Quem dá postos de trabalho aos trabalhadores?

E pergunto-lhe: Esse ódio que têm às empresas é motivado por uma cassete que não conseguem desencravar? Ou no vosso Comité Central ainda não há literacia económica?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem 56 segundos,…

Protestos do CH.

… por isso tem de aproveitar bem e tem de ter condições para ser ouvida a resposta ao pedido de esclarecimento.

Tem 56 segundos, mais 15. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, primeira questão: quem faz a greve em Portugal são os trabalhadores, quem a decide são os trabalhadores, os sindicatos são dos trabalhadores,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … quem cria a riqueza do nosso País são os trabalhadores.

E hoje a greve geral demonstrou exatamente isso, que são os trabalhadores que põem o nosso País a funcionar e que são imprescindíveis.

Protestos do CH e de Deputados do PSD.

É por isso que quer o PSD, quer o Chega, nas intervenções, não têm nem uma palavra sobre o pacote laboral, nem uma palavra sobre o que está previsto nessas propostas.

Protestos do PSD e do CH.

E porquê? Porque estão de acordo, porque estão em conluio para atacar quem trabalha e para se porem ao lado dos grupos económicos, que tiram os seus lucros à custa do trabalho e dos salários dos trabalhadores.

Continuação dos protestos do PSD e do CH.

Não disseram uma palavra sobre o aumento do prazo dos contratos a termo, não disseram uma palavra sobre a legalização do despedimento por justa causa, não disseram uma palavra sobre o ataque aos direitos de maternidade e à limitação do direito de amamentação.

É isto que está neste pacote laboral e foi por isso que os trabalhadores hoje saíram à rua, e bem.

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — Quem é que dá trabalho aos trabalhadores?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

Vozes do CH: — Ah! Grande trabalhadora!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, enquanto eu for Presidente da Assembleia da República, farei tudo para que qualquer Sr. Deputado seja ouvido nas exatas condições, à direita ou à esquerda.

Aplausos de Deputados do PS e da IL.

Portanto, o respeito que temos de ter para com a Sr.ª Deputada é exatamente igual a qualquer Deputado de outra bancada. Quanto mais não seja, sendo que isso já era suficiente, pelos portugueses que votaram também na Sr.ª Deputada, que não está cá como convidada, está porque representa portugueses, também.

Aplausos do PS, do L e de Deputados do PSD e da IL.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados: A história não começa hoje, ela é feita de conflitos, de greves, de batalhas impossíveis,…

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Como a tua! Não vão ter ninguém!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … de vitórias improváveis.

Risos do Deputado do CH Filipe Melo.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — São essas vitórias improváveis que fazem avançar o mundo. Houve tempos em que acabar com a escravatura era visto com o mesmo desdém…

Vozes do CH e da IL: — Eh, pá!…

Vozes da IL: — Ih!…

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — …que a direita, hoje, reserva para o fim do *outsourcing* ou para a semana de quatro dias.

Foram precisas, ao longo da história, muitas greves, muitos conflitos para consagrar as 8 horas de trabalho diárias, para consagrar as férias pagas, o direito ao fim de semana, ao apoio na doença, a um contrato de trabalho. E em todos estes conflitos houve sempre por dois lados.

Houve um lado que atacou a greve, houve sempre um lado que culpou a greve pelo incómodo que causou, houve sempre um lado que acusou os grevistas por se oporem ao progresso, houve sempre um lado que esteve do lado dos empregadores e dos patrões.

E houve um outro lado que fez greve, de gente que percebeu que os direitos são progresso, de gente que percebeu que uma economia com direitos é uma economia mais forte, mais robusta, que não há nenhuma contradição entre cidadãos e trabalhadores, porque os cidadãos são trabalhadores, e que também percebeu que muitas vezes aqueles que podem têm que fazer greve por aqueles que não podem, porque são precisamente os precários, os mais mal pagos, aqueles que não têm direito à greve, porque senão são despedidos…

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

… ou não conseguem comer ao fim do dia, ao fim do mês.

E foi graças a esse lado, aos radicais do seu tempo, aos sonhadores, aos utópicos, à extrema-esquerda, aos sindicalistas, àquilo que lhe queiram chamar, que fizeram greve, que o mundo avançou. E será graças aos grevistas de hoje que o código laboral do Chega e do PSD será derrotado.

E os vossos filhos, Srs. Deputados, irão agradecer aos grevistas de hoje…

Protestos do CH.

… por derrotarem o código laboral, assim como os Srs. Deputados têm a agradecer aos grevistas de ontem trabalharem 8 horas por dia, terem direito ao fim de semana, terem direito às férias pagas, mesmo que os vossos antepassados não tenham estado do lado certo da história.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega.

Neste momento, a Deputada do PCP Paula Santos dirigiu-se para a porta.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ó Paula, podes ouvir!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a forma de nos dirigirmos a outro Deputado é por «Sr.ª Deputada» e «Sr. Deputado» e não «ó Paula» — não é «ó Paula.»

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ó Sr. Presidente, então?! É tudo o mesmo!

O Sr. **Presidente**: — Acho que não vale a pena irmos por aí. Não vale a pena irmos por aí.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje discutimos um conjunto de iniciativas da Iniciativa Liberal e não a greve geral, nem tampouco o pacote laboral.
Devo dizer que se há aqui coisa verdadeiramente liberal, é a liberdade com que a IL decidiu avançar sozinha, sem permitir qualquer arrastamento de iniciativas de outros partidos.

Protestos da IL.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E a ferrovia?!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Aliás, para ser justo, foi talvez o momento mais coerente com o vosso nome, a iniciativa é liberal, mas, em colaboração, zero.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É liberdade de escolha!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Cada um com o seu projeto e cada projeto com a sua ideologia, é o chamado liberalismo monogâmico:…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Monogâmico?!…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — … só vocês, por vocês e convosco próprios.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não é verdade!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E a ferrovia?!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Mas passemos às iniciativas. Serviços mínimos, valorização de carreiras,…

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

… representatividade na concertação social, compensações por falhas do Estado,…

Risos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

… mais transparência no setor público — o vosso catálogo completo. Confesso que, ao lê-los todos, fiquei com aquela sensação de estar numa loja dos 300, onde tudo parece útil, mas percebemos que metade não resolve qualquer problema e a outra metade só cria problemas novos.
Comecemos pelos serviços mínimos. A IL proclama liberdade, mas chega à greve e, surpresa, a liberdade não pode ser assim tão liberal. Aí, curiosamente, torna-se liberdade condicionada com manual de instruções e tudo. Sobre a valorização das carreiras, finalmente percebi o vosso conceito de mérito. O mérito é tão importante para as carreiras que devem ser valorizadas, desde que não custem muito ao Estado. É o liberalismo com a calculadora na mão.

Depois temos a representatividade na concertação social. Uma proposta que, admito, tem o seu toque de humor. A IL quer garantir que todos estão representados, mas desde que não atrapalhem muito o mercado. E chegamos à proposta mais bonita, a de compensações por falhas dos serviços públicos.

Aqui, Srs. Deputados, quase que aplaudi, não pelo conteúdo, mas pela coragem,…

Protestos da IL.

… porque se este projeto, eventualmente avançasse, o Estado passaria a gastar mais em indemnizações do que em serviços.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Porquê?…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Aliás, talvez fosse o tal estímulo económico mais generoso da história liberal.

E, no meio disto tudo, há um detalhe delicioso. A IL quer um Estado mais eficiente, mais transparente, menos burocrático, menos desperdiçador, imune a fraude e ineficiência, mas entre os sete projetos apresentados não há uma única iniciativa dedicada a reduzir a burocracia, a cortar desperdício ou combater a fraude.

Aplausos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ó meu Deus!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Ou seja, querem um Estado mais simples, mas sem simplificar nada; querem menos papelada, mas apresentam projetos que criam mais papel; e querem cortar gorduras, mas só na proposta dos outros.

Sr.as e Srs. Deputados, estas iniciativas podem ter intenções válidas, mas ficam muito aquém da coerência que o País espera.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Afonso, falou das propostas da Iniciativa Liberal e o País continua sem perceber o que é que o Chega pensa sobre isto,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O que é que o Chega sabe?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Nem o Chega sabe!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … porque criticou a nossa proposta de devolução do preço dos passes, proposta que vocês elogiaram.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Que engraçado!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Mas qual é o Chega, afinal? É o Chega que já quis criar uma central sindical e, até hoje, nada? É o Chega que queria ter uma festa igual à do Avante e, até hoje, nada? É o Chega que, às vezes, diz que quer mais flexibilidade e depois critica as propostas de flexibilidade? De uma vez por todas, diga ao País, afinal, o que é o Chega.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — O País sabe!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não sabem! Sabem lá o que é que defendem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Deputado, é socialista ou não? Nós já percebemos, é socialista!

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, até 2 minutos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, agradeço imenso a sua questão e devo dizer-lhe que o senhor fez uma contradição a si próprio. Então o senhor está a perguntar o que é que nós pensamos e não nos deixa trazer os nossos projetos para aqui, para serem discutidos?

Aplausos do CH.

Protestos da IL.

Nós queríamos trazer projetos para a revisão das carreiras das forças de segurança, para a revisão laboral, para falarmos sobre a Administração Pública.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Qual revisão?!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E o que é que vocês fizeram? Não nos deixaram trazer os projetos para a frente.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Deputado, peço imensa desculpa, efetivamente, mas aquilo que vocês falam é zero, do ponto de vista prático, é zero.

Protestos da IL e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço desculpa. Foi pedido um esclarecimento, está a ser dado o esclarecimento, tem 1 minuto e 21 segundos para o fazer ainda. Era bom que se ouvisse. Faça favor, Sr. Deputado, desculpe.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Srs. Deputados, com todo o respeito, dos sete projetos, cinco podiam ter sido apresentados pelo PCP, porque não têm nada de liberal, nada de liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O quê?!…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Mais, Srs. Deputados, deixem-me dizer-vos que às vezes penso se a iniciativa é assim tão liberal. Como diz uma vossa militante, se querem «liberómetros», peçam ao Pai Natal, porque eu não vos consigo dar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Meu Deus!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Efetivamente, decidam-se sobre o que querem fazer na Administração Pública, sobre as propostas que querem apresentar, porque, muitas vezes, acabam por ser contradições em si próprias.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Diz-se que há duas certezas na vida, a morte e os impostos. Em Portugal, há uma terceira, a certeza de que sempre que há um Governo da AD há uma greve geral.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Porque será?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E porquê? Porque os Governos da AD fazem reformas estruturais para pôr o caminho, o País, a andar para a frente.

Mas se os Governos da AD põem o País a andar para a frente,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … outros, sempre os mesmos, querem que tudo fique na mesma.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É por isso que estamos a falar de ferrovia!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) foi tão previsível que até o megafone boceja. O pior veio da UGT (União Geral de Trabalhadores), que disse, basicamente, «nós vamos aderir à greve geral da CGTP, mas depois falamos.» Srs. Deputados, o momento para falar é agora, o momento para negociar é agora.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Isso é chantagem!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Olha o Bagão Félix!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas se os sindicatos tentam hoje parar o País, o País há muito que já parou os sindicatos, e por isso é que hoje a esmagadora maioria dos portugueses estão a trabalhar…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! Nem querem saber!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e a greve geral proposta pela esquerda é um autêntico *flop*.

Risos da Deputado do PCP Paula Santos.

Sr.as e Srs. Deputados, mas há uma grande virtude desta greve geral,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Bagão Félix!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … é ser a prova de que temos mesmo de mexer e alterar a lei da greve.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E se algum português tivesse dúvidas, hoje muitos percebem,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — O Bagão Félix já percebeu!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … os muitos que estão a trabalhar e que são prejudicados e afetados por uma greve só de alguns.

Ajustar o direito à greve, garantindo mais serviços mínimos,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … não é retirar direitos,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Esquece isso! Quero ver-te a perder um dia de salário!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … é assegurar direitos para todos os portugueses,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … incluindo os que não são da Administração Pública e relativamente aos quais a esmagadora maioria deles hoje está a trabalhar, hoje está a cumprir os seus deveres e hoje não está a fazer greve.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, ainda mais incompreensível é o contexto da atual greve geral.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A vida está a mudar para melhor para as famílias portuguesas:…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Vergonha!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Bagão Félix!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … mais salários, menos impostos, mais rendimento disponível no final do mês. E hoje soubemos de uma outra boa notícia: em 2024, tivemos menos pessoas em risco de pobreza, com uma redução significativa nos mais idosos.

Vozes do PS: — Ora, ora, graças ao PS!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estes são factos e contra factos, não há argumentos, por isso é que esta greve geral não faz nenhum sentido. Ou melhor, tem um sentido,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Partidário!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … um sentido político, em que a esquerda tenta mascarar a derrota clamorosa que teve nas eleições legislativas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, Srs. Deputados da esquerda, recordo uma lição do 25 de Novembro: os sindicatos não mandam nos eleitores…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … os sindicatos não mandam nos eleitores, não mandaram nessa altura e continuam a não mandar, hoje, em Portugal.

Vozes do CDS-PP e da IL: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para o CDS é muito simples, mais vale uma boa reforma laboral do que 100 greves anunciadas,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … porque uma reforma adiada é um futuro parado…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é uma reforma, é uma contrarreforma!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e, por isso mesmo, entendemos que os portugueses, no futuro, vão pedir contas e temos a certeza absoluta de que os portugueses vão novamente dar razão ao Governo da Aliança Democrática.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Um país, dois sistemas é o tema deste debate agendado pela Iniciativa Liberal, mas podia chamar-se o *apartheid* português. Não podemos fingir que o direito à greve, que se banalizou às sextas-feiras, se sobreponha ao direito ao ensino, muito menos, quando em Portugal temos um regime de *apartheid* em que quem tem algum dinheiro pode escolher, pode ter alternativas e quem não tem é sempre a verdadeira vítima.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — O direito à greve é um direito constitucional — e bem —, mas o direito ao ensino como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar também ele é um direito constitucional. No entanto, a inclusão dos mais vulneráveis é cada vez mais uma ficção e, se dúvidas houvesse, o Conselho Nacional de Educação é claro na sua publicação *Estado da Educação 2024*.

O Ministério não sabe quantos alunos não têm professor a uma disciplina, nem sabe qual é o impacto das greves nas nossas crianças.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Qual é o impacto das greves na escola de uma família monoparental sem recursos? Qual é o impacto das greves na escola de uma criança com autismo ou hiperatividade? Qual é o impacto das greves na escola de uma criança com distúrbios de aprendizagem ou sinalizada pelas CPCJ (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens)?

O ensino tem de ser elevado à prioridade devida, não só pela revisão do Estatuto da Carreira Docente, pela valorização dos professores e do pessoal não docente, como pela reabilitação das próprias escolas, mas também pela necessidade de termos serviços mínimos,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … ainda para mais quando somos um dos Estados-Membros mais envelhecidos da União Europeia, quando temos cada vez menos filhos, quando os nossos avós trabalham até mais tarde, quando temos um acréscimo de famílias monoparentais, em que mais de 87 % dessas famílias são lideradas por mulheres.

Esta emergência demográfica torna a escola um pilar ainda mais essencial. Quem tem dinheiro, ou quem tem algum dinheiro e ainda se possa sacrificar, opta por colégios privados, que são cada vez mais procurados, ou, em alternativa, os que podem, ou os que ainda podem, recorrem a empresas de transporte, a explicadores, a ATL (Atividades de Tempos Livres) ou a centros de explicação.

Quem não pode pagar, quem não tem uma rede familiar por perto, desdobra-se, pragueja, falta ao emprego, leva os filhos para o trabalho, perante a situação cada vez mais insustentável de ter crianças em locais onde não era suposto estarem, e enfrenta às consequências, inclusive, de poder perder o emprego.

Mas, além do mais, importa falar daquilo que nos trouxe aqui, que são as horas de aprendizagem que essas crianças mais vulneráveis perdem, a que se somam todas as outras provocadas pela falta de professores.

É por estas famílias e por estas crianças e jovens que a Iniciativa Liberal defende que a educação passe a ter serviços mínimos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — A escola não pode ser um tormento nem uma lotaria; tem de ser o apoio inabalável dessas famílias e dessas crianças, porque os mais desamparados são sempre aqueles que mais sofrem.

Não podemos ficar indiferentes ao fosso que se está a criar entre os estudantes mais vulneráveis e os restantes. Por isso, se a greve é um direito constitucional — e bem —,…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… que é preciso respeitar, o direito ao ensino também.

Quando somos filhos humildes de gente que não tem mais do que a 4.ª classe, que é o meu caso, a escola é mesmo a nossa tábua de salvação para podermos ousar quem quisermos ser, para podermos um dia estar aqui sentados, na Assembleia da República.

Portanto, quando oiço o PS e o Chega dizerem que o ensino não precisa de ter serviços mínimos, porque não é um caso de vida ou de morte, meus senhores, para pessoas como eu, é um caso de vida ou morte, sim!

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais, presumo, responderá em conjunto.

Vou dar a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, à Sr.ª Deputada Célia Freire, do PSD.

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a proposta de lei apresentada pela Iniciativa Liberal pretende tornar obrigatórios serviços mínimos nas escolas, assegurando que os alunos mais vulneráveis mantenham acesso à proteção, à alimentação, à vigilância e aos apoios essenciais, que, em contexto de greve, podem ficar comprometidos.

O Grupo Parlamentar do PSD reconhece, plenamente, esta necessidade, consciente de que as crianças oriundas de famílias com menos recursos e com necessidades educativas especiais são sempre as mais penalizadas pelos efeitos prolongados das paralisações.

Os portugueses experienciaram nos últimos anos de governação socialista o impacto negativo de greves em diversos setores, sobretudo na educação, em que muitos estabelecimentos foram forçados a encerrar, com consequências graves para a vida dos alunos e das suas famílias.

Para o PSD é inaceitável que crianças e pais continuem a suportar os efeitos destas situações, razão pela qual defende a garantia dos serviços mínimos, nomeadamente na realização de avaliações finais de exames ou provas de caráter nacional.

Foi neste sentido que o atual Governo já salvaguardou necessidades sociais impreteríveis no âmbito dos cuidados às crianças e manifestou, em julho, a intenção de rever a lei da greve, em articulação com os parceiros sociais.

O anteprojeto Trabalho XXI prevê alterações ao Código do Trabalho, alargando os serviços mínimos obrigatórios a áreas como o abastecimento de água e alimentos, o serviço de cuidados a crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência, e a segurança privada a equipamentos essenciais.

Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, deixo-lhe esta questão: sabendo que estão em curso negociações em sede de concertação social, não será prematuro criar desequilíbrios na lei e abrir precedentes a discussões avulsas sobre a necessidade de serviços mínimos nos diferentes setores, impedindo uma reforma estruturada e coerente?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Grave, do Chega, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, a Constituição, no seu artigo 18.º, garante o direito ao trabalho e impõe ao Estado assegurar igualdade de oportunidades, valorização profissional e formação.

Estes princípios devem orientar qualquer alteração à legislação laboral.

A Iniciativa Liberal apresentou propostas, referindo apenas dois regimes, a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e o Código do Trabalho, mas o nosso enquadramento é muito mais complexo, pois existem mais diplomas que regulam o trabalho em Portugal e ignorar esta matéria, simplificando-a, desconsidera uma matéria que exige rigor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Explique!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sim, Sr. Deputado, se quiser, eu explico-lhe.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Então, explique lá!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Explico-lhe. Depois, dou-lhe a explicação. Explico-lhe, se o Sr. Presidente autorizar.

Por isso, deixo questões claras, que precisam de resposta: a Iniciativa Liberal ouviu os trabalhadores da Administração Pública? Não ouviu! Pretende que os funcionários públicos passem das atuais 35 para as 40 horas, ou pretende que os privados passem das 40 horas para as 35? Diga!

Protestos do Deputada da IL Mário Amorim Lopes.

Ou pretende ainda que todos trabalhem 37 horas e meia? Diga!

Aplausos do CH.

Querem impor serviços mínimos à greve do setor privado?…

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Então, e a ferrovia?!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Pretendem avaliar os trabalhadores privados com o modelo de avaliação de desempenho da Administração Pública, que é um sistema amplamente contestado pela Administração Pública?

Sr.ªs e Srs. Deputados, esta proposta, tal como foi aqui apresentada, não revela transparência nem clareza.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Faltam elementos essenciais e as vossas propostas parecem encapotar segundas intenções.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados da IL.

O País merece um debate sério sobre o futuro do trabalho, coisa que os senhores não conseguem fazer.

Protestos de Deputados da IL.

Exige-se, portanto, clareza, rigor e responsabilidade…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Nem a deixam falar da primeira fila, coitadinha!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, se nos estiver a ouvir algures, por favor, volte rapidamente, porque a sua bancada está desorientada.

Aplausos da IL.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Vocês é que estão desorientados!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — O Sr. Deputado acabou de dizer o contrário daquilo que o seu colega acabou de dizer há pouco.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Mas querem passar das 35 para as 40 horas ou das 40 para as 35 horas?! Vocês é que andam desorientados!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Não se percebe o que é que os senhores estão a fazer aqui, hoje.

Aplausos da IL.

Relativamente à Sr.ª Deputada do PSD, agradecemos a indicação do voto favorável do PSD às propostas que nós aqui apresentamos, mas queria clarificar, Sr.ª Deputada, por seriedade do debate, que aquilo que o Governo está a fazer é a mexer no Código do Trabalho, que não é aquilo que a Iniciativa Liberal está a discutir e a apresentar, aqui, hoje.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Ah, é das 35 para as 40!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Portanto, não confundamos as coisas, não baralhemos as coisas, sei que vos falta coragem para mexer na questão da função pública, nós percebemos que falte coragem, não tem mal nenhum, mas, seja como for, quero agradecer o sentido de voto favorável do PSD às propostas da IL.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ó Filipa, não fizeste greve hoje? Andou a fazer *TikToks*, a dizer que vai fazer greve, mas depois vem trabalhar!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Livre saúda os trabalhadores em luta, hoje, por todo o País. E a Iniciativa Liberal? A Iniciativa Liberal volta a atacar os trabalhadores e os serviços públicos, agora com a apresentação de projetos que vestem a farda da eficiência, mas trazem na mão a motosserra do desmantelamento do Estado.

Vozes da IL: — Eh…!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — A IL apresenta propostas dizendo que está a defender os cidadãos, quando, na verdade, o que faz é ameaçar direitos, como o direito à greve.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — A IL pretende tornar obrigatória a definição de serviços mínimos em todos os serviços públicos, e, ainda mais grave, quer impor aos próprios sindicatos e grevistas a obrigação de assegurar esses serviços. Isto não é compatibilizar direitos,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ia ser quem?!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — … é enfraquecer os trabalhadores e é transformar o direito à greve num gesto simbólico,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Respeito pelos outros!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — … sem força, sem impacto e sem dignidade.

Recordemos que uma greve é uma forma de resistência, faz-se quando todos os outros caminhos falharam. E, sim, tem impacto e deve tê-lo,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Nota-se!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — … porque é isso que põe pressão sobre quem passa por cima dos trabalhadores e dos seus direitos.

É isso que a Iniciativa Liberal quer: greves inofensivas, movimentos domados e trabalhadores calados.

Protestos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Mas a farsa continua com outras iniciativas, como, por exemplo, a chamada valorização das carreiras da Administração Pública. Valorização? Não há garantias, sequer, de aumentos salariais; não há reforço de direitos; não há estabilidade; o que há é a possibilidade de extinguir carreiras, de fundir profissões e de desvalorizar quem serve o Estado. É o manual liberal em ação: cortar, generalizar e abrir caminho à privatização.

Não satisfeitos com isto, a Iniciativa Liberal quer atacar tudo o que é serviço público. Quer privatizar a TAP (Transportes Aéreos Portugueses), a saúde, e agora até a CP (Comboios de Portugal).

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Até?!…

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Os problemas da CP e da ferrovia, Srs. Deputados, resultam de um desinvestimento de décadas, que agora provocam — pasme-se! — dificuldades na prestação de serviços pela empresa. O que diz a IL? Privatize-se! Privatize-se!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr.as e Srs. Deputados, o que estas propostas escondem é simples, trata-se de um projeto ideológico que vê o Estado como um problema e os serviços públicos como um estorvo.

Mas o Livre está aqui para dizer, claramente, que não aceitaremos que destratem quem faz o País funcionar. São os trabalhadores que fazem o País viver todos os dias e não serão projetos de gabinete, escritos a régua e esquadro, para racionalizar custos, que vão calar a dignidade desses trabalhadores.

A IL apresenta-se como a motosserra dos serviços públicos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — O Livre será a voz que os defende, e, como dizia ontem, e muito bem, um empresário: deixem os trabalhadores em paz.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Ricardo Carlos, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada, parece-me muito clara a razão pela qual esta greve existe. A Sr.ª Deputada disse que foi porque se esgotaram todas as opções; parece-me claro que se esgotaram todas as opções eleitorais da esquerda.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — É que a esquerda, consequentemente, tem vindo a perder eleições, tem vindo a perder Deputados. Por isso, só resta o quê? Resta uma greve geral para vos salvar dos péssimos resultados eleitorais que têm acontecido de forma consequente.

Aplausos do PSD.

Sr.ª Deputada, efetivamente, nós temos aqui um grupo de pessoas relativamente reduzido que decidiu aderir à greve. E temos um outro grupo de pessoas, de trabalhadores que, por exemplo, não puderam hoje ir trabalhar porque não tiveram como se deslocar e vão perder o seu salário do dia de trabalho.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Não é verdade! Isso é mentira, é falso!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Vão, por exemplo, ter de ficar em casa porque os seus filhos não têm escola para onde ir.

Sr.ª Deputada, pergunto-lhe o que tem a dizer a estes trabalhadores que não podem ir trabalhar por causa desta greve geral, que é única e exclusivamente de motivação política e partidária, quando — atenção! — este anteprojeto ainda está apenas na concertação social, nem sequer chegou a este Parlamento. O que tem a dizer a estes portugueses?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Filipa Pinto, tem a palavra para responder.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Carlos, o Sr. Deputado não vive no País real.

Risos do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — No Príncipe Real?!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Hoje, o seu Governo disse que a adesão à greve ia de 0 a 10 %. Nós passámos lá fora e o País está deserto.

Vozes da IL: — Isso é que é real!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É mentira! É ridículo!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Hoje há greve, hoje há greve mesmo. Hoje, os trabalhadores estão nas manifestações por esse País fora. Hoje, os trabalhadores estão a dizer ao Governo que não estão satisfeitos com as negociações.

Aplausos do L.

Sr. Deputado, não é no fim das negociações que se fazem as greves. É antes, é quando o trabalho está a ser ameaçado, quando os direitos estão a ser ameaçados que temos de mostrar que não estamos satisfeitos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, tem a palavra para uma intervenção. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quando um país chega a uma greve geral, algo de profundo falha ou falhou.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A esquerda!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Falha e falhou o diálogo, falha e falhou a responsabilidade política e, sobretudo, falhou o respeito pelos trabalhadores,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … acima de tudo, aqueles que sustentam a nossa economia, a saúde, a escola pública e a própria coesão social de Portugal.

A greve não é um capricho de ninguém, é o último recurso de quem já tentou ser ouvido e não encontrou respostas efetivas para os seus problemas. É a resposta legítima a salários insuficientes, a carreiras congeladas, a precariedade prolongada, aos serviços públicos em colapso e, acima de tudo, a atentados a direitos fundamentais que garantam a segurança laboral de todos os trabalhadores.

É fácil apontar o dedo a quem faz greve; difícil é ter coragem política para enfrentar e resolver os problemas que os afligem.

Este é o momento de valorizar o trabalho, corrigir injustiças e colocar as pessoas à frente da propaganda. Estar ao lado dos trabalhadores não é uma escolha ideológica, é uma obrigação moral. Quem governa sem ouvir, governa contra o seu próprio povo. Quem desvaloriza a greve, desvaloriza a verdadeira democracia.

Portugal não pode continuar a viver de promessas. Chegou o tempo de respeitar quem faz o País andar para a frente. E, enquanto esse respeito não chegar, devemos todos, sem exceção — repito, devemos todos, sem exceção —, exigir justiça, equilíbrio e dignidade na vida laboral de todos os portugueses e de todos os trabalhadores deste País.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Pimentel, do PSD.

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Queria felicitar aqui um bocadinho o colega Rui Afonso pela sua intervenção e por situar este debate naquele que é o seu objeto, que são as sete propostas da Iniciativa Liberal.

Relativamente às sete propostas da Iniciativa Liberal que constituem o tema deste debate e deste Plenário, começaria pela Sr.ª Deputada Mariana Leitão, a quem ouvi atentamente, e por dizer que há um desfasamento das propostas da IL em relação à realidade da Administração Pública, se me permite esta chamada de atenção.

Em primeiro lugar, apresentaram o Projeto de Lei n.º 304/XVII/1.ª, que pretende uma verdadeira representatividade da Comissão Permanente de Concertação Social. Hoje, a Comissão Permanente de Concertação Social é um órgão tripartido e que tem a preocupação de ter uma paridade nesse tripartismo entre empregadores, representantes dos sindicatos e Governo. E vocês propõem aqui qualquer coisa que é, para mim, uma perplexidade: 4-4-9. Passa a haver 4 representantes do Governo, 4 dos sindicatos e 9 representantes das entidades patronais. Resta saber, desculpe-me a pergunta, quem é que a Iniciativa Liberal quer meter lá.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Está lá escrito!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Eu sei, eu sei, mas as pessoas, as pessoas!

Em segundo lugar, o Projeto de Resolução n.º 390/XVII/1.ª aponta para a convergência da Lei de Trabalho em Funções Públicas com o Código do Trabalho. Essa convergência já se iniciou.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não há convergência nenhuma!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Essa convergência iniciou-se com a lei que define os regimes de vinculação, de carreiras e remunerações, em 2008, ainda com José Sócrates, e teve continuidade com a Lei n.º 35/2014, que está em vigor. E a convergência tem sido do vínculo privado para o vínculo público, por força do interesse público que está subjacente à Administração Pública. Por isso é que há esta diversidade de vínculo de emprego público e privado. Estudem um bocadinho mais, por favor!

Vozes do CH: — Eh, pá!…

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Em terceiro lugar, propõem uma outra coisa, o Projeto de Lei n.º 303/XVII/1.ª, que visa a valorização das carreiras da Administração Pública. A valorização das carreiras da Administração Pública já foi iniciada há tempos e, em 2024, na parte final, foi celebrado, no dia 6 de outubro de 2024, um acordo de valorização das carreiras da Administração Pública. Nesta valorização já estão 21 carreiras valorizadas, quer os senhores queiram, quer não, e estão mais outras tantas em negociação, que se vai prolongar até 2026, e com acordos celebrados com os sindicatos, Srs. Deputados!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Não é com acordos aqui na Assembleia da República, é com os sindicatos, com os representantes dos trabalhadores.

Aplausos do PSD.

Portanto, estas vossas propostas são totalmente desfasadas.

Relativamente à questão da greve, é uma matéria que consta do Código do Trabalho e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. E é uma matéria que tem de ser negociada com os sindicatos, porque é matéria de reserva.

O que estão a propor aqui na Assembleia da República, legitimamente, é um conjunto de propostas que, se forem aprovadas, não há audição dos sindicatos nem há negociação com os sindicatos.

As vossas propostas são legítimas, estão é desfasadas e deviam ser um bocadinho mais estudadas. Desculpem lá, mas digo-vos isto com toda a sinceridade e todo o respeito: estão perfeitamente desfasadas; estudem um bocadinho mais, porque isto não tem razão de ser.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Eles não sabem! Desde que o Cotrim foi embora…

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — E deixa-me perplexo que apresentem isto, como disse o Rui Afonso, e muito bem, no dia em que há uma greve geral a decorrer por causa de um anteprojeto do Governo, que, no exercício das suas competências, o apresentou ao Conselho Económico e Social para obter a negociação e vai sentar-se com os sindicatos a seguir ao dia de hoje.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Se forem aprovadas aqui as propostas que apresentaram, será feito nas costas dos sindicatos e dos trabalhadores!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não é nada!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Com toda a legitimidade: é!

Os senhores estão, com esta proposta, a violar a lei e a Constituição. Desculpem lá, mas tenham noção destas coisas.

Relativamente à Sr.ª Deputada Paula Santos — que está ali quietinha, mas tenho agora de incomodá-la —, devo dizer-lhe que o Partido Social Democrata é um partido dos trabalhadores como o seu. Só tem uma diferença: é que nós temos mais trabalhadores porque somos maiores que a senhora.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado! Não me parece cordial nem que se dirija a outro Deputado pelo nome, nem observações dessa natureza. Acho que não foi feliz.

Sr. Deputado, tem dois pedidos de esclarecimento, sendo que o primeiro é da Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

Tem 2 minutos, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, com o mesmo tom professoral que utilizou,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Condescendente!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … vou deixar-lhe um desafio: sabe quem é que já defendeu a convergência do Código do Trabalho com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas? A Sr.ª Ministra do Trabalho, Maria do Rosário Palma Ramalho.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Se calhar, é melhor telefonar-lhe e fazer-lhe umas perguntinhas. *Ok*?

Aplausos da IL.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tem de estudar, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ricardo Moreira, do Chega, tem a palavra também para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Pimentel, hoje, uma parte do País está parada. Não por acaso, não por inevitabilidade, mas porque este Governo deixou o País chegar ao limite.

Lá fora, professores, médicos, condutores de transportes públicos, oficiais de justiça, oficiais de registo, pilotos e muitas outras classes profissionais pararam. Pararam porque o Governo falhou. Falhou porque perdeu o controlo e porque, mais uma vez, a extrema-esquerda conseguiu instrumentalizar o descontentamento de quem trabalha.

Era sobre estas classes profissionais que há bem pouco tempo o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro vinham aqui com a retórica de que todas as negociações estariam a decorrer da melhor forma, mas, afinal, não era verdade.

Hoje temos alunos sem aulas, utentes sem consultas e cirurgias, cidadãos sem acesso a serviços públicos, pais que não foram trabalhar por não terem com quem deixar os seus filhos e trabalhadores que, mesmo querendo trabalhar, não o podem fazer, pois não têm transporte para o seu local de trabalho. Ou seja, isto não é um incidente, é o retrato da incompetência governativa.

E agora, Sr. Deputado, há uma pergunta que não se pode continuar a evitar: quem vai pagar esta fatura? Porque alguém vai pagar: as empresas que não faturaram, os serviços que não funcionaram, os transportes que não circularam. Hoje, a economia portuguesa perdeu milhões, milhões que não voltam. E, como sempre, quem vai pagar são os portugueses.

Sr. Deputado, o Governo sabia que milhares de trabalhadores seriam afetados, sabia que milhares de utilizadores dos serviços públicos ficariam sem alternativas, sabia que o País ficaria parado. Por isso, pergunto-lhe diretamente: como justifica que o Governo tenha esta total ausência de capacidade política? E o que tem a dizer aos portugueses que, neste momento, ficaram com as suas vidas completamente bloqueadas pela incompetência do Governo que a sua bancada suporta?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Francisco Pimentel, tem 3 minutos para responder aos dois pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, só para dizer que a convergência pode fazer-se em dois sentidos. Pode fazer-se a convergência para a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, como pode fazer-se a convergência para… Isto agora é uma questão de gosto: ou a senhora vai para a esquerda ou vai para a direita. Obviamente, a Iniciativa Liberal vai para a direita.

Eu tenho uma tendência… O Partido Social Democrata é um partido…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL: — O PSD não sabe!…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Híbrido!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Não, não, híbrido é outra história. Isso já não é comigo; eu respeito a hibridez dos outros, mas a senhora fica com a que quiser — desculpe-me este aparte.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que neste momento a convergência está a ser feita também por pressão dos sindicatos, e no bom sentido, relativamente àquilo… Houve uma certa altura que foi para o Código do Trabalho. Neste momento, o Código do Trabalho aplica-se subsidiariamente à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, como a Sr.ª Deputada sabe. Aplica-se subsidiariamente…

Protestos da IL.

… — ouçam, por favor! — em tudo o que tiver a ver com a especificidade do interesse público que é prosseguido pela Administração Pública; aliás, por isso é que a Administração Pública tem funcionários públicos e tem um estatuto jurídico-laboral diferente dos privados. Não é propriamente um funcionário público que trabalha numa mercearia — com todo o respeito para quem trabalha numa mercearia —, tem outro grau de exigência técnica — em diferentes áreas, obviamente, estamos a falar de um universo de 750 000 funcionários públicos. Se queremos um Estado social de direito, bom, temos um Estado social de direito para o qual trabalhámos e já o foi durante muitos anos.

Portanto, a convergência está sendo feita, neste momento, provavelmente. Agora, vai concordar comigo numa coisa: esta convergência tem de ser feita em diálogo com os sindicatos, sejam eles quais forem.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Mas, ao fazer-se pela Assembleia da República, a Assembleia da República…

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

… — ouça! — a Assembleia da República não pode fazer…

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

… — não vamos entrar em diálogo, Sr.ª Deputada! —, dizia eu que a Assembleia da República não pode fazer a concertação de diálogo social, que é competência do Governo.

Para responder ao Chega, agradeço a chamada de atenção, mas a proposta da Iniciativa Liberal, como o Sr. Deputado Rui Afonso disse — e não o tratei por «Deputado» primeiro, mas é pela amizade —, o Sr. Deputado Rui Afonso já lhe respondeu. Se prosseguíssemos com esta proposta da Iniciativa Liberal, o Estado português, a Administração Pública, ia à falência pela quantidade de dinheiro que tinha de dar para indemnizar.

Portanto, isto tem de ser discutido, mas não discutido com este barulho.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Sr. Deputado Rui Afonso, viemos aqui para discutir uma proposta da Iniciativa Liberal sobre um anteprojeto de diploma que tem a ver com a alteração do Código do Trabalho, e acabamos a discutir a greve, que é importante, mas são coisas diferentes.

Agora, assiste aos sindicatos o direito constitucional de defender os direitos e legítimos interesses dos seus trabalhadores. No dia seguinte, com a competência legítima que tem, o Governo lá estará para discutir, para cortar, para acrescentar ou para enriquecer a proposta de diploma de anteprojeto para alteração do Código do Trabalho.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr. Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos a assistir a um debate verdadeiramente marcado pela demagogia da direita.

Temos uma Iniciativa Liberal, que faz o agendamento propositado para o dia da greve geral para ignorar os motivos que levam os trabalhadores a usar a sua voz na rua,…

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos da IL.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … a usar o poder que têm de reclamar melhores condições de trabalho e, sob uma capa muito tímida de proteção e de respeito por esses trabalhadores, vêm aqui e dizem: a Administração Pública não funciona, o problema são os trabalhadores, é preciso retirar força aos sindicatos na concertação social,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … é preciso convergir na legislação do trabalho privado e público para liberalizar e flexibilizar. No final, Srs. Deputados, o que vêm aqui dizer aos trabalhadores é que não os respeitam.

Aplausos do PS e do L.

E nós não estaremos desse lado da discussão.

O PSD vem com a mesma cartilha de sempre. Não nos enganam. Verdade seja dita, conhecemos a vossa demagogia. Também dizem que respeitam o direito à greve, mas acham que ele só deve acontecer depois de tomadas as decisões.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Acham que a voz dos trabalhadores deve ser ouvida, mas não no momento em que estamos a discutir uma reforma laboral que lhes tira direitos, que os ataca quanto à precariedade e que põe em causa a estabilidade profissional e laboral. Entendem que essa discussão e essa greve devem ser feitas mais à frente, depois das decisões tomadas.

Veja-se: o PSD é tão rigoroso nos dados que dá que até tem um ministro a dizer que a adesão à greve foi entre 0 % e 10 %. Se calhar foi 0 %!

Aplausos do PS.

É tão rigoroso, tão objetivo, tão realista, que mostra a forma como debatem o código laboral.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, o que era exigido neste debate era que os Srs. Deputados viessem falar da reforma laboral e que a defendessem, como acho que a defendem, para nós podermos dizer porque é que ela é tão errada para os trabalhadores. Mas não. Quiseram vir aqui atacar trabalhadores, quiseram vir aqui colocar portugueses contra portugueses.

Aplausos do PS.

Quiseram vir aqui dizer que só quem está hoje a trabalhar é que é trabalhador digno. E isso, Srs. Deputados, não tenho outra forma de qualificar, é vergonhoso! É vergonhosa a forma como tentam sistematicamente pôr uns contra os outros no vosso debate.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

O Chega — foi a única coisa em que concordei com a Iniciativa Liberal — está um bocadinho confuso no debate de hoje. Eventualmente porque nem o líder parlamentar nem o presidente do partido estão presentes.

Risos.

Ora falam de colaboradores, ora falam de trabalhadores, ora falam do direito à greve,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente, é verdade!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … ora dizem que a greve é errada, ora dizem que as propostas a IL são erradas, mas depois as propostas já são certas, portanto, não me entendo e não tenho sequer como contrariar ou agradecer as intervenções do Chega.

Já o CDS vem aqui falar de certezas. Quando a direita está a governar, a única certeza que têm é que há direito à greve.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Vou dar-lhe uma novidade. Sabe qual é a única certeza que temos? É que quando a direita está a governar, os trabalhadores são desrespeitados,…

Aplausos do PS.

… os trabalhadores perdem direitos, a instabilidade laboral aumenta. Esta é que é a grande verdade das vossas governações.

Ainda bem que não temos a ditadura do proletariado, Sr. Deputado. Ainda bem que temos sindicatos, que temos trabalhadores que dão voz a todos,…

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque é que os trabalhadores não se inscrevem nesses sindicatos?

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … ao coletivo, para defender um Portugal melhor.

Aplausos do PS.

O Partido Socialista vai estar aqui até ao fim…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O fim está próximo!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … a defender a reversão desta reforma laboral, a defender os trabalhadores, neste e noutros debates, e a respeitar quem hoje está na rua a exercer um direito fundamental, a bem do coletivo, a bem de uma relação laboral equilibrada, a bem do respeito por todos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Almeida, do Chega.

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegou a hora de dizermos o que o País sente, mas que durante anos poucos tiveram coragem de afirmar: a Administração Pública portuguesa está a ser mantida refém da estagnação. Enquanto isso, hoje, tal como todos os dias, o País inteiro fica parado, e quando o Estado fica parado, ninguém avança. Nem os cidadãos, nem as empresas.

Há 17 anos que a revisão de carreiras na Administração Pública se arrasta, incompreensivelmente. Isto é inércia, é atraso, é falta de dignidade, é uma máquina já de si pesadíssima que acumula institutos e direções-gerais que ninguém sabe para que servem nem o que fazem.

Não vamos despedir 750 000 funcionários públicos apenas porque achamos que estão a mais. Temos de internalizar funcionários, de rever-lhes as carreiras, tornando-as atrativas através de uma avaliação de desempenho baseada no mérito e na excelência e não em quotas. Vamos modernizar e desburocratizar serviços, ter coragem para acabar com milhares de redundâncias, pagar salários equiparados ao setor privado e à União Europeia, e assim poder captar e reter os melhores.

Portugal, Srs. Deputados, precisa de flexibilidade e de competitividade, não de mais amarras.

Portugal precisa de criar riqueza. Digamo-lo sem medo: um setor privado sufocado significa um setor público sem futuro.

Não há carreiras públicas valorizadas sem empresas produtivas. Não há aumentos de salário sem crescimento económico, não há Estado social sem um país que trabalhe e prospere.

Mas, dia após dia, vemos resistência, vemos medo na mudança das forças instaladas que fazem tudo para que a revisão do método de avaliação de desempenho seja apenas cosmética, inócua, incapaz de distinguir quem supera de quem apenas cumpre. Não rejeitam a revisão, mas rejeitam que ela tenha consequências. Srs. Deputados, direitos vêm sempre acompanhados de deveres.

Aplausos do CH.

Quando o mérito desaparece, penalizamos unicamente os que se dedicam. Um Estado que não distingue desempenho e não reconhece esforço é um Estado que castiga os melhores e recompensa a mediocridade.

E depois admiram-se que o talento fuja, que as equipas se desmotivem e que os serviços públicos não funcionem.

Um Estado que não avalia bem não serve bem. A valorização das carreiras não é uma luta corporativa, é uma luta nacional.

O Estado existe para servir os cidadãos e não para se servir a si próprio, e não pode estar preso ao passado. O País precisa de mais meritocracia, mais eficiência, mais coragem, mais reformas e menos revisões formais.

O Chega não aceita que se continue a premiar a mediocridade e a castigar o mérito. A revisão das carreiras não pode ser apenas um ato legislativo, tem de ser o início de uma revolução na forma como o Estado valoriza o talento e serve os cidadãos, para conseguirmos captar e manter os melhores, tornando a Administração Pública atrativa.

Não aceitamos, por isso, que o Estado continue a ser um brinquedo da esquerda. A esquerda e as centrais sindicais não podem continuar a manter as pessoas a seu bel-prazer. Se não querem trabalhar, rua!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, não posso deixar de começar por saudar os trabalhadores e as trabalhadoras que lá fora estão a manifestar-se pelos seus direitos e que mostraram claramente um cartão vermelho ao Governo, por mais que se tentem aqui criar narrativas.

Mesmo no que diz respeito ao agendamento da Iniciativa Liberal, não podemos ignorar o facto de que é suposto as greves incomodarem. Não é suposto serem silenciosas, não é suposto serem abafadas por outros assuntos da ordem do dia.

Já irei às iniciativas da Iniciativa Liberal, passe a redundância, porque, efetivamente, há um conjunto de propostas que aqui são postas em causa. Umas acompanhamos, outras não.

Não deixa de ser curioso que, precisamente quando temos uma greve, quando temos trabalhadores insatisfeitos com o anteprojeto da reforma laboral, tenhamos tido aqui uma visão, trazida pelo Chega, de que são uma classe mandriona, o que é incompreensível. E o PSD vem comparar as funções dos trabalhadores às funções de Deputados, narrativa que também é absolutamente incompreensível. Aliás, é de quem não conhece o mundo real lá fora, tal qual como não conhece este Governo, senão, não acharia que o grande mal dos direitos laborais são as mulheres que amamentam, são os jovens que vão estar sujeitos a mais precariedade com este pacote laboral, ou até mesmo às 150 horas que agora querem impor aos trabalhadores, para que laborem de forma gratuita.

O PAN não acompanha esta visão do Governo, nem esta falta de mundo real por parte não só do Governo como da bancada que o sustenta, cujas comparações hoje expressas foram manifestamente infelizes.

Em relação às propostas da Iniciativa Liberal, parece-nos que há uma com particular destaque, que diz respeito aos serviços mínimos, que poderia e deveria ser melhorada na especialidade — porque levanta algumas questões que não garantem proporcionalidade em relação ao direito à greve —, mas acompanhamos as restantes preocupações.

Só não compreendemos o regime de compensação que trazem com uma outra proposta, dado que nos parece que querem, mais uma vez, trazer a privatização de alguns serviços públicos essenciais pela porta do cavalo. Em relação a isso, seja na dimensão das indemnizações, que já aqui foi mencionada, seja o estarmos a privatizar serviços essenciais, como o Serviço Nacional de Saúde, achamos que é estar a misturar e a trazer uma amálgama de serviços e de questões para este debate que carece serem analisadas com outra profundidade e com maior detalhe. Por isso mesmo não vamos acompanhar todas as propostas favoravelmente. Algumas sim, outras não.

Mais uma vez, e para concluir…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Está concluído, Sr.ª Deputada.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Chega.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quando falamos do setor empresarial do Estado, falamos de um verdadeiro gigante que em vez de servir os portugueses parece alimentar-se deles. Um setor onde a regra é quase sempre a mesma: gastar muito, explicar pouco e apresentar resultados que fariam qualquer empresa privada fechar portas em poucas semanas.

A recente análise do Conselho das Finanças Públicas mostrou o que muitos aqui continuam a fingir que não veem. Várias empresas públicas dão prejuízos sistemáticos e 35 estão em falência técnica. Repito, 35 empresas do Estado completamente falidas, mas mantidas artificialmente vivas com o dinheiro dos contribuintes. Se estas empresas fossem privadas já teriam fechado, reestruturado, despedido, cortado custos, lutado pela sobrevivência. No setor público, não. No setor público há sempre mais um cheque, mais uma transferência, mais uma injeção de capital. Não há risco, há conforto, há impunidade.

É neste contexto que a Iniciativa Liberal traz a esta Câmara uma proposta que, à primeira vista, parece virtuosa, defendendo mais transparência no setor empresarial do Estado.

O diagnóstico até está certo. Todos sabemos que o setor empresarial do Estado é um buraco negro do dinheiro público. A própria proposta reconhece que só em 2024 foram metidos mais 4 mil milhões de euros nas empresas públicas. Repito, 4 mil milhões. Dinheiro de quem trabalha, dinheiro das famílias. Mas, depois de apontarem corretamente o problema, respondem apenas com mais burocracia, mais prazos, mais artigos, mais tribunais.

Só que isto não chega. Isto é claramente insuficiente, porque o problema do setor empresarial do Estado não é apenas técnico, o problema é político. O problema chama-se nomeações partidárias, chama-se «tachos», chama-se gestores escolhidos por cartão do partido e não por competência.

Aplausos do CH.

Chama-se impunidade absoluta! E sobre isso a Iniciativa Liberal diz pouco, ou quase nada.

Enquanto a Iniciativa Liberal quer um Estado bem gerido apenas no papel, o Chega quer um Estado limpo na prática.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Enquanto continuarem a existir gestores nomeados pelos partidos, enquanto continuarem a existir prejuízos sem castigo, enquanto o dinheiro dos portugueses continuar a servir para tapar buracos resultantes da má gestão, nenhuma lei da transparência salvará este sistema.

Deixem-me ser claro: o que está em causa aqui não é apenas a gestão, é o respeito — respeito pelo contribuinte, respeito pelo trabalhador, respeito pela família, que olha para o salário e percebe que parte dele vai alimentar empresas que já não fazem sentido económico há muitos anos.

O Estado devia ser um exemplo de rigor, mas tem sido apenas um exemplo de desperdício. Chega de fingir que estas empresas vão melhorar por milagre, porque não vão. Ou mudam radicalmente, ou deixam de fazer sentido.

Da nossa parte fica claro: o que for preciso auditar a fundo, audita-se; o que for crime, trata-se como crime. Porque os portugueses já estão fartos de que o Estado vá ao seu bolso, todos os dias, para sustentar quem não responde por nada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A Comissão Permanente da Concertação Social é, ou deveria ser, o espaço de diálogo por excelência onde trabalhadores e empregadores discutem políticas que afetam milhões de pessoas no que respeita a condições de trabalho, como salários, emprego ou formação profissional. Acontece que hoje, na prática, é um espaço fechado, cristalizado e profundamente desatualizado.

Hoje, apenas duas confederações sindicais representam os trabalhadores, sendo que juntas representam apenas entre 7 % a 15 % do total dos trabalhadores.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Isto significa, Srs. Deputados, que, em Portugal, mais de 85 % dos trabalhadores não têm voz na concertação social.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem, é isso mesmo!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Srs. Deputados, o País mudou, o mercado de trabalho mudou. Temos cerca de 1 milhão de profissionais liberais e nenhum deles está representado na concertação social.

Do lado dos empregadores, o cenário é semelhante. À mesa sentam-se as grandes confederações tradicionais, mas 99,9 % das empresas são PME (pequenas e médias empresas),…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … e também elas não estão sentadas à mesa negocial.

Então, como é que a concertação social pode discutir políticas públicas sem ouvir, efetivamente, quem faz parte da economia real?

Aplausos da IL.

É por isso que, hoje, a Iniciativa Liberal traz a debate e votação uma iniciativa sobre esta matéria, para incluir na Comissão Permanente da Concertação Social a Associação Nacional de Profissionais Liberais, a Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, o Conselho Nacional das Ordens Profissionais — e não os bastonários de todas as ordens profissionais — e a Associação Nacional de Jovens Empresários. Mais, para permitir que, em matéria de concertação social sobre setores económicos específicos, possam também estar presentes comissões de trabalhadores,…

Risos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

… porque são elas que conhecem melhor do que ninguém a realidade em que trabalham.

Nós não excluímos ninguém, não fragilizamos ninguém, não retiramos representação a quem já a tem. Pelo contrário, nós alargamos o diálogo. E antes que nos acusem do costume, reforço que incluímos mais trabalhadores, só não os politizamos,…

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … e, Srs. Deputados da esquerda, é isso que vos incomoda realmente.

Aplausos da IL.

Repetindo o que já disse: atualmente, na concertação social, temos um espaço onde quem tem voz representa poucos e onde muitos trabalhadores e muitos empregadores ficam de fora de decisões que lhes afetam diretamente a vida. Assim, Srs. Deputados, porque creio que todos somos sensíveis à falta de representação, diria para não rejeitarem esta proposta apenas porque sim, porque podemos levar esta proposta à especialidade.

Não digam só que não, e, Srs. Deputados do PSD, não vale a pena arranjarem confusões onde elas não existem. Concordam ou não concordam que é preciso aumentar a representatividade da concertação social?

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Se concordam, então, simplesmente digam que entidades é que podem fazer parte da concertação social. Só não digam que é para manter tudo igual,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … porque a verdade é esta: não estamos a propor nenhuma rutura, estamos a propor uma evolução.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, não existe um verdadeiro diálogo social quando apenas algumas entidades têm voz na negociação, não existe equilíbrio quando poucos são ouvidos e não existe representatividade quando a composição da Comissão Permanente da Concertação Social não representa nem reflete a realidade do País.

Assim, hoje, o que vos pedimos é muito simples: deixem a concertação social entrar no século XXI, deixem o País real sentar-se à mesa das negociações e deixem de proteger modelos que já não servem a Portugal apenas para proteger os mesmos de sempre. E que hoje, acima de tudo, tenham coragem de ouvir o País.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, da Sr.ª Deputada Isaura Morais, que dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, como sabemos, a Comissão Permanente da Concertação Social é um instrumento essencial ao diálogo social e à estabilidade da política laboral entre representantes dos trabalhadores, representantes dos empregadores e o Governo.

Hoje, Portugal está a viver um dia de greve geral, decretada pelas centrais sindicais, e, respeitando o direito da greve, verificamos que os sindicatos privilegiaram a rua em vez de um debate construtivo à mesa das negociações.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Mas estamos certos de que, passada a poeira dos dias, as partes continuarão a trabalhar.

Protestos do PS.

Foi na concertação social, e com este Governo, que se fizeram acordos tão importantes como o Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028, ou o reforço do Acordo de Médio Prazo de Melhorias dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.

O Conselho Económico e Social, que dá suporte administrativo à concertação social, tem um estudo a decorrer sobre todo o seu funcionamento no âmbito das funções do Estado que lhe estão confiadas, no qual os partidos políticos com representação parlamentar já foram ouvidos.

Quanto à proposta que a Iniciativa Liberal nos traz, pergunto: Sr.ª Deputada, como é que podemos pensar em alterar a composição da Comissão Permanente da Concertação Social unicamente com uma preocupação de lugares, acrescentando entidades, deixando de lado o equilíbrio estrutural entre parceiros sociais e a necessidade de estabilidade num órgão essencial para o diálogo social?

Srs. Deputados, alterar a composição da Concertação Social desta forma, à pressa, em que propõem 30 dias — 30 dias, Srs. Deputados! —, não seria para ser uma resposta política deste Parlamento a um processo negocial em curso que exige ponderação, tempo e debate?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isaura Morais, agradeço muito a sua pergunta e as suas preocupações. Acho que aquilo que o PSD deveria responder é se, de facto, considera que a concertação social está no século XXI e representa ou não todos os trabalhadores e todas as empresas — esta é a pergunta fundamental a que o PSD deveria ter respondido aqui.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Acho que 2025 é no século XXI!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sobre *timings* e sobre tudo isso, sabe tão bem como eu que podemos discutir e pôr prazos de entrada em vigor da lei quando for necessário, e não no meio de uma negociação que está a decorrer. Portanto, perfeitamente de acordo com isso, mas, novamente, Sr.ª Deputada, podemos discutir tudo em especialidade, mas é preciso o PSD dizer qual é realmente a sua visão, porque tudo aquilo que disse foi bonito, mas foi redondo. Na prática, concordam ou não concordam que a Comissão Permanente da Concertação Social representa ou não representa as empresas e os trabalhadores?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições, por isso vamos passar à sessão de encerramento. A Sr.ª Deputada Mariana Leitão… Não sei se é a Sr.ª Deputada Mariana Leitão que encerra…

Pausa.

Não tenho inscrições. Quando não há inscrições, significa que não há vontade de intervir, e, não havendo vontade de intervir, há encerramento — é um raciocínio lógico.

Pausa.

Os Srs. Deputados têm o tempo disponível à vossa frente e não se inscrevem, não é à Mesa que compete lembrar, mas ainda assim lembra. A dada altura, para que…

Pausa.

Ou conversam entre os grupos parlamentares, ou então eu não…

Pausa.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, para uma intervenção, ainda antes do encerramento.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O sector empresarial do Estado emprega mais de 180 000 pessoas, quase um quarto de todo o emprego público, representa 4,4 % do PIB (produto interno bruto) português e tem mais de 20 mil milhões de receitas. Apesar desta dimensão, mais de metade destas empresas ainda não tiveram as suas contas de 2024 aprovadas pela tutela.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Metade! Seria mau se fosse apenas uma, mas são mais de 70 as empresas públicas que ainda não têm as suas contas de 2024 aprovadas pela tutela, como é de lei.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Qualquer empresa privada que faltasse a uma obrigação deste tipo era imediatamente punida com multas pesadas, mas as empresas públicas, onde o escrutínio público deveria ser maior, onde existem mais meios, são as primeiras a falhar na transparência que o próprio Estado exige dos outros.

Srs. Deputados, o Estado, para exigir, deve ser o primeiro a dar o exemplo, deve ser o primeiro a cumprir, mas é o maior incumpridor, o maior prevaricador e o menos transparente. O sector empresarial do Estado não deve ser apenas um depósito de políticos desempregados.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Deveria ser um exemplo de eficiência e, acima de tudo, de transparência nas contas. Que tipo de autoridade tem o Estado português para exigir às empresas privadas uma série de obrigações, muitas delas redundantes, quando são as próprias empresas públicas as primeiras a nem sequer cumprir a lei?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Srs. Deputados, podíamos vir aqui exigir um escrutínio maior às empresas públicas — seria justificado, porque o dinheiro que entra nas empresas públicas é de todos —, mas, não, apenas estamos aqui a exigir uma coisa: que as empresas públicas e os seus gestores tenham as mesmas obrigações de transparência e de responsabilização que as empresas privadas têm.

É pedir muito, Srs. Deputados? Não me parece!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 1 minuto e 38 segundos para intervir.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O tema de hoje não é este pacote antigreve, antissindicatos, antitrabalhadores, seja da função pública ou dos privados, que a Iniciativa Liberal aqui

nos apresenta — até porque a Iniciativa Liberal nem sabe a diferença entre uma comissão de trabalhadores e um sindicato quando redige os seus projetos.

Por isso, Sr. Presidente, permita-me também saudar todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores que hoje fizeram greve, que estão a fazer greve e que estão a sair à rua. Porque, em todo este debate, os Srs. Deputados do PSD têm tentado fazer duas coisas: ora dizem que os sindicatos instrumentalizam os trabalhadores, ora dizem que nem sequer há greve!

Srs. Deputados, se têm dúvidas sobre se há greve, vão ali à varanda, vão ali à janela e verão os milhares de trabalhadores que estão lá fora…

Aplausos do L, do PCP e de Deputados do PS.

… a manifestarem-se contra o vosso pacote laboral.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Podem ir!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Meia dúzia de gatos pingados!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Se os Srs. Deputados acham que esta greve é inexpressiva, então o que é que têm a dizer aos 60 % de portugueses que estão contra o pacote laboral?

Protestos de Deputados do PS e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São meia dúzia!…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Só 20 % dos portugueses apoiam estas alterações que os senhores querem fazer.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu não consigo ouvir e estou interessado em ouvir!

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizem-nos também os Deputados do PSD: «Porque é que só há greves quando a direita governa?»

Srs. Deputados, porque os Governos da direita, todos, sem exceção, atacam os direitos dos trabalhadores, sempre.

Aplausos do L, do PCP e de Deputados do PS.

Risos e protestos de Deputados da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Srs. Deputados, desde os tempos da troica que não havia uma greve geral convocada pelas duas centrais sindicais, por alguma razão também é! É porque, agora, com uma nova troica — a AD, a Iniciativa Liberal e o Chega —, os senhores voltam a apresentar um projeto que ataca os direitos dos trabalhadores, que volta a aumentar a precariedade,…

Protestos de Deputados do PSD.

… que ataca os direitos de amamentação, que alarga os contratos a prazo, contra aquilo que os senhores diziam no vosso programa eleitoral.

Só há uma questão, Srs. Deputados: vai ou não o PSD deixar cair este pacote laboral?

Aplausos do L.

Protestos do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não! É fundamental para crescermos 3 %!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fazias melhor figura no *TikTok*, a dançar.

O Sr. **Presidente**: — Foi feito um pedido de esclarecimento *ad hoc* e foi dada uma resposta *ad hoc*, e, portanto, agora vamos continuar com os nossos trabalhos.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PSD diz que este pacote laboral é justificado porque tem ambição para o País, mas a verdade é que hoje estamos a crescer menos, 2 %, do que crescemos quando governava o PS, 3 %.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Dizem que querem que os salários cresçam mais, mas a verdade é que hoje os salários estão a crescer menos do que quando o PS estava a governar: cresceram 8 %, em 2024; travaram nos 7 %, em 2025; e já vão nos 6 %, para o próximo ano, 2026.

E o que dizer desta suposta vontade de aumentar os salários, quando este é o primeiro ano, desde 2022, em que o acordo de rendimentos na concertação social não é revisto com o objetivo de salários em alta?

Aplausos do PS.

Dizem que estão preocupados com a greve geral, com quem é prejudicado pela greve geral, mas quem é que provocou a greve geral? Quem é que apresentou este pacote laboral sem o apresentar no seu programa eleitoral?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E dizem-se muito preocupados, hoje. Mas onde é que estão, todos os dias, quando hoje há menos alunos com professores…

Protestos do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

… aliás, quando hoje há mais alunos sem professores do que havia quando o PS estava a governar?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — é preciso ter muita lata para vir falar dos professores!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Onde é que está a vossa preocupação, quando hoje há mais famílias sem médico de família do que quando o PS estava a governar?

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Onde é que está a vossa preocupação, quando a habitação está a subir os seus preços mais do que quando o PS estava a governar?

Dizem que a greve é inexpressiva,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É um *flop*!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … mas por isso é que, enfim, o Sr. Primeiro-Ministro deve ter sentido a necessidade de vir falar em 1500 ou 1600 milhões de euros!

De facto, queria perguntar-vos se acham que isto é inexpressivo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É um *flop*!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Se os portugueses querem flexibilidade, porque é que lhes recusam o direito a trabalhar em teletrabalho?

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Se os portugueses querem conciliação, porque é que os querem obrigar a trabalhar 50 horas por semana?

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Dizem que os portugueses querem mais inovação, querem melhores salários, mas porque é que ainda não perceberam que são mesmo as empresas mais inovadoras, as empresas tecnológicas, que recusam os contratos a prazo?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E, já agora, porque é que querem inovar aumentando a duração dos contratos a prazo no nosso País? Porque é que querem inovar permitindo que uma pessoa possa ser despedida sem prova escrita daquilo que fez mal, da suposta justa causa?

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Quem é que vai comprar casa, quem é que vai ser pai, quem é que vai pedir aumentos salariais com este aumento da precariedade?

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Só mentiras!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É sempre!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, dia de greve geral, o País acordou a duas velocidades. Acordou com uma grande maioria a querer fazer o País avançar, prosperar — aqueles que se esforçam, lutam pelo mérito, ultrapassam todos os obstáculos para poderem dar o seu contributo ao País — e uma pequena minoria a querer fazer o País parar, a querer impedir os outros de fazerem o País avançar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Felizmente, os portugueses escolheram hoje trabalhar. São muito mais aqueles que querem contribuir positivamente para o sucesso de Portugal do que aqueles que o querem bloquear.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Foi por isso que ouvimos hoje a CIP (Confederação Empresarial de Portugal) dizer que as empresas estão a funcionar com normalidade, embora a falta de transporte seja um problema.

Foi também por isso que ouvimos a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição dizer que as lojas alimentares estão a funcionar sem perturbações, com um impacto de apenas 2 %.

Foi por isso que hoje muitos portugueses optaram pelo teletrabalho, para que a greve dos outros não os impedisse a eles de trabalhar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Ouvimos hoje, na televisão, uma sindicalista afirmar, e cito: «Há 12 anos que esperava por este dia.»

Risos de Deputados do PSD.

Esta frase revela bem as reais motivações desta greve, nomeadamente ter de se esperar que passassem os oito longos anos de governação socialista…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — … para fazer a greve, e nada disto tem a ver com o atual momento.

Aplausos do PSD.

A greve foi um fracasso, os portugueses escolheram trabalhar.

Srs. Deputados, o povo português é um povo de trabalho e o seu esforço, o seu trabalho, tem vindo a ser reconhecido pelo Governo. No último ano, Portugal foi o país da OCDE onde os salários reais mais cresceram: 6,7 % de aumento do rendimento médio, que cresceu mais 9 % no terceiro trimestre deste ano. É, portanto, um crescimento consistente.

A tal facto não é alheia a política que o Governo tem adotado para valorizar os trabalhadores e os rendimentos do trabalho, nomeadamente com o aumento de salários e com as quatro reduções de IRS em menos de dois anos de governação; também não lhe é alheia a valorização das 21 carreiras da Administração Pública; e também não lhe é alheio o Acordo de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado entre o Governo e as estruturas sindicais.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a nossa economia é a terceira que mais cresce na zona euro. Pelo quinto ano consecutivo, cresce acima da média, e, neste momento, cresce mesmo ao dobro da média.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Temos o desemprego em mínimos e o número de empregados em máximos históricos. É, aliás, incompreensível que o Secretário-Geral do PS critique que a reforma laboral esteja a ser feita numa altura de pleno emprego.

Sr. Deputado José Luís Carneiro, é precisamente por isso que é este o momento ideal para fazer a reforma. É exatamente nos momentos bons que nos devemos preparar para enfrentar os momentos menos bons.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quando era a troica era um ambiente mau!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Mas, hoje, o PS juntou-se à esquerda radical para, mais uma vez, dividir o País em dois lados,…

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

… para dividir o País em trabalhadores e empregadores — dois lados que só existem mesmo, ideologicamente, na esquerda.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Para a AD, o País precisa de todos a caminhar no mesmo sentido. Se para nós há dois lados, existem aqueles que querem fazer o País avançar e existem aqueles que querem fazer o País parar.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É a ferrovia!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Para nós, trabalhadores e empregadores, em nome do desenvolvimento e de melhores salários, tem de trabalhar em conjunto.

Hoje, o PS, encostado à CGTP, pela voz da Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, disse a esta Câmara que os que fazem greve fazem-na em nome do coletivo, em nome dos que querem trabalhar. Sr.ª Deputada, deixe-me dar-lhe uma novidade: são os trabalhadores, em liberdade, que escolhem quem os representa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — O PS, esse sim, fez uma escolha: parar o País, em nome de quem representa apenas 7 % dos trabalhadores.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e do L.

Mas deixe-me falar também de outra escolha que os portugueses fizeram em liberdade: os portugueses escolheram a AD para governar, escolheram a AD para reformar, escolheram a AD para fazer o País avançar.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não estava no vosso programa!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Ao PS, o que os portugueses disseram foi que nem para liderar a oposição estão aptos.

Aplausos do PSD.

Ao PS, portanto, resta a aliança com a CGTP. Quanto à AD, ficamos com a confiança dos portugueses, que nos deram essa confiança para governar.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o agendamento deste debate pela IL dá-nos a oportunidade de falar daquilo que o Governo já tem feito e também de reafirmar que privilegiamos o diálogo em sede de concertação social.

Fomos, há dias, distinguidos como a economia do ano pela prestigiada publicação *The Economist*.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Não é uma simples medalha que levamos ao peito, é um reconhecimento de que estamos no bom caminho e que assim vamos continuar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: É incontornável, o País vive hoje uma grande, grande greve geral.

Aplausos do PS e de Deputados do L.

Risos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Uma greve geral que marca, marca o passo e marca a política nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Eurico, isso é tão ridículo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Marca a política nacional porque os trabalhadores — não são os sindicatos nem as confederações patronais, e muito menos o Partido Socialista, são os trabalhadores! — prescindiram de um dia de salário para dizer ao Governo que estão contra o pacote laboral, estão contra o retrocesso, estão contra voltar para trás.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas é que é tão ridículo! Não acreditas em nada do que estás a dizer! É ridículo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O País tem hoje nas ruas, à porta dos locais de trabalho,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem os piquetes!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E dos centros comerciais?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … quem vem dizer ao Governo que não se deixa enganar; que esta proposta de alteração da legislação laboral não teve o escrutínio eleitoral e democrático, porque foi ocultado dos portugueses no programa eleitoral do Partido Social Democrata e do CDS;…

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … que esta agenda de retrocesso é contra o fundamento da construção em comodidade.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Falso!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vejam, Srs. Deputados: como podemos afetar mães e pais, na amamentação, no trabalho por turnos, e falar de conciliação entre vida profissional e familiar?

Aplausos do PS.

Como podemos defender os mais frágeis, quando temos trabalhadoras domésticas que pela primeira vez tiveram um contrato registado na Segurança Social e, contra esses mais frágeis, descriminalizamos o trabalho não declarado?

Aplausos do PS.

Como é possível, sabendo que quem tem trabalho a termo tem salários, em termos médios, mais baixos, promover a precariedade?

Como podemos olhar para um jovem e dizer-lhe que o seu futuro é ser precário, quando sabemos que é condição ter um contrato para ter acesso a um empréstimo bancário, ao crédito hipotecário?

Aplausos do PS.

Como é possível ter o descaramento de dizer…

Risos e protestos do Deputado do CH Rui Afonso.

… que é normal despedir trabalhadores, para depois contratar outros com salários mais baixos e com menos direitos laborais?

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Onde é que isso está escrito?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Como é possível? Como é possível olharmos hoje para a direita, que está em maioria neste Parlamento, e vermos que, em vez de discutir as causas da greve, querem atirar trabalhadores do setor público contra trabalhadores do setor privado, dividindo para implementar uma agenda que é contra o trabalho, contra os trabalhadores.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, os trabalhadores são cidadãos e cidadãs deste País, que querem viver aqui.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não era nada disso que defendias! Estavas no Governo e defendias o contrário!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É por isso que, quando a direita governa, os trabalhadores têm de se unir para defender os seus interesses, os seus direitos. E é isso que estão a fazer hoje, na rua.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Governo hoje veio dizer que a greve teve uma participação entre 0 % e 10 %. Deixem-me dizer, o Partido Socialista ajuda: deve ter sido menos, menos 10 %!…

Risos de Deputados do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É muito menos de 10 %!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quem não reconhece a grande derrota que o Governo teve hoje, na rua, com a participação dos trabalhadores, está fora da realidade do País, vive noutro planeta, não vive neste País.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ridículo!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E o que dizes acerca das iniciativas?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr.as e Srs. Deputados, o País constrói-se com todos, com os trabalhadores e as trabalhadoras. Quem quer dividir trabalhadores e trabalhadoras, quem quer desconjuntar a concertação social, agindo contra a UGT e a CGTP, está a prestar um péssimo serviço ao País.

A extrema-direita é o sinal fundamental disto:…

Vozes do CH: — Ah!…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Esquece! E os projetos da IL?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Primeiro, era «uma ação da extrema-esquerda», depois eram os «sindicatos sanguessugas», e hoje o Sr. Deputado André Ventura nem pôs aqui os pés, pela vergonha de ter mudado de posição e de se aproveitar dos trabalhadores.

Aplausos do PS e do L.

Protestos do CH.

Os trabalhadores não se deixam enganar, sabem quem está na frente de batalha a defendê-los. Viva a greve geral, vivam os direitos dos trabalhadores!

Aplausos do PS, de pé, e do L.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Conseguiu substituir o PCP, até no resultado eleitoral!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Devias ter vergonha!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Alexandre Poço está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente…

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida e contraprotestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Continuação de protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida e de contraprotestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, depois de ouvirmos as palavras do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostava de me dirigir a si e pedir-lhe os seus bons préstimos, porque uma mentira dita muitas vezes não passa a ser verdade…

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente,…

O Sr. **Presidente**: — … comece ao contrário: diga ao que vem e depois explica.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, mas tem de me ouvir, porque ainda não acabei.

O Sr. **Presidente**: — Sei que não acabou, Sr. Deputado, mas comece ao contrário: diga qual é a interpelação e, depois, verei se há fundamento para a mesma.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, é para pedir os seus bons préstimos para distribuir ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista as páginas 134, 135 e 266 do Programa da AD nas eleições que vencemos em maio de 2025.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PS: — Já lemos!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a distribuição das referidas páginas não será ao Partido Socialista, será a todos os grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, para uma interpelação à Mesa. Usarei o mesmo rigor que usei agora, em relação à interpelação anterior.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para auxiliar, porque é mais fácil se eu próprio lhe entregar as páginas 134 e 135, onde não constam as expressões: «legislação laboral», «lei laboral» ou «lei da greve».

Aplausos e risos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode enviar depois essas páginas.

Feita a distribuição das páginas do programa eleitoral da AD, embora o Sr. Deputado do PS não disponha de tempo, inscreveram-se dois Srs. Deputados para pedir esclarecimentos.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.ª Deputada Cristina Rodrigues, do CH, que dispõe de 13 segundos mais a tolerância.

Burburinho na Sala.

Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, o Partido Socialista está indignado com o facto de o PSD avançar com uma proposta de reforma laboral que, supostamente, não tinha no seu programa eleitoral.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Supostamente, não! Não tinha!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Ora, a minha pergunta é muito clara: o Sr. Deputado pode indicar-nos onde é que no programa eleitoral do Partido Socialista estava o descongelamento do salário dos políticos?

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso é a prova provada de como estão desconfortados.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Grande intervenção em defesa dos trabalhadores!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Não estejas desorientada que não vale a pena!

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, que dispõe de 3 segundos e, portanto, tem de ter condições «superaudíveis».

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, com toda a frontalidade, digo-lhe o seguinte: o PS não se pode arrogar de ser o zelador e defensor da concertação social, quando um ex-ministro vosso chamou «feira do gado» à concertação social.

Aplausos da IL.

Protestos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Feira do gado! Feira do gado!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Nem nos teus sonhos chegarás ao Governo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Feira do gado!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar ao encerramento.

Dou a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Leitão, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, com base nas intervenções que os Srs. Deputados fizeram das duas uma: ou não leram os projetos que estão em causa ou, deliberadamente, tentaram deturpar, arranjar subterfúgios e por aí afora.

Protestos do PS.

Há aqui algumas ideias que gostava de relembrar, neste encerramento: o PS, o Livre, o PCP, o Bloco de Esquerda, os partidos todos à esquerda nem se distinguem no discurso e continuam com a mesma incapacidade de acompanhar a evolução do mundo. Há 50 anos que demonstram essa incapacidade.

Protestos do PS e do L.

O País quer avançar e os senhores querem manter tudo na mesma. Os senhores podem vir com os argumentos que quiserem, que vos sejam mais convenientes,…

Protestos do PS.

… mas, Srs. Deputados, serviços mínimos não são uma restrição ao exercício do direito à greve.

Vozes do PS: — Ai isso é que são!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não, não são! São a garantia dos direitos dos outros todos, daqueles que ficam profundamente prejudicados por essas greves.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

E a hipocrisia da esquerda fica mais uma vez evidente:…

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

… dizem-se os grandes defensores dos mais vulneráveis, mas quando chega o momento da verdade, tremem. Tremem! Foi isso que fizeram hoje!

Vozes do PS: — Oh…!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O Chega, poço de contradições, diz tudo e mais alguma coisa, mas consegue mesmo vir aqui criticar uma proposta da IL que pretende restituição quando o Estado falha, restituição dos valores…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E quanto é que custa?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … que os próprios pagaram; falam em indemnizações, mas esquecem-se de que o vosso próprio líder, André Ventura, ainda há uns dias estava a defender exatamente a mesma coisa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Não era esse o debate! É diferente!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O PSD e o CDS fazem grandes proclamações de que querem reformar, querem avançar; vamos ver se no momento da votação vão estar do lado de quem, verdadeiramente, quer fazer avançar o País, do nosso lado, votando a favor, ou se vão ficar do lado de quem quer manter tudo como está.

Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal está aqui hoje a trabalhar por todos os portugueses, por aqueles que ficaram impedidos de trabalhar, pelos que ficaram com os filhos em casa, pelos que chegaram ao hospital e viram as portas fechadas,…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Muito bem termos terminado o debate, não é?

Risos.

Termos terminado o debate, não foi um juízo de valor em relação a nenhuma das intervenções, embora, às vezes, me custe, a mim próprio, conter as minhas emoções, mas, enfim, é um exercício que é paralelo; em vez de fazer ioga, faço isto.

Risos.

Vamos, então, fazer o registo das presenças, para ver se temos quórum para votar. A olho nu temos, mas é necessária a verificação.

Se alguma Sr.ª Deputada ou Sr. Deputado tiver algum problema com o registo, anuncie-se, se faz favor, que é mais fácil e mais rápido.

A Sr. **Adriana Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, não consigo registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, também não consigo registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, também não consigo registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Mais alguém?

Pausa.

Se não há mais ninguém, vou pedir para encerrar o sistema de verificação de quórum.

Pausa.

Temos 182 Deputados presentes, portanto temos condições para proceder às votações.

Assim sendo, vamos começar por votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 302/XVII/1.ª (IL) — Estabelece a obrigação de serviços mínimos quando se trata de satisfação de necessidades sociais impreteríveis e nas escolas no período letivo (vigésima primeira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP e do BE, os votos a favor da IL e abstenções do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, queria anunciar a entrega de uma declaração de voto sobre esta iniciativa.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Vamos, agora, votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 303/XVII/1.ª (IL) — Pela valorização das carreiras da Administração Pública (vigésima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 304/XVII/1.ª (IL) — Promove a garantia de uma verdadeira representatividade na Comissão Permanente de Concertação Social (oitava alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, os votos a favor da IL e a abstenção do CH.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 305/XVII/1.ª (IL) — Regime de compensação pelas falhas dos serviços públicos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do JPP, os votos a favor da IL e abstenções do CH e do PAN.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 306/XVII/1.ª (IL) — Regime de transparência, responsabilidade e escrutínio no Setor Empresarial do Estado.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP e do BE, os votos a favor do CH e da IL e abstenções do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 390/XVII/1.ª (IL) — Fim de um país, dois sistemas: convergência da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas com o Código do Trabalho.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos a favor da IL e a abstenção do CDS-PP.

Por último, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 391/XVII/1.ª (IL) — Pela liberalização do transporte ferroviário de passageiros e privatização da CP.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos a favor da IL e abstenções do CH e do CDS-PP.

Srs. Deputados, antes de terminarmos os nossos trabalhos cumpre-me informar que a próxima reunião será amanhã, pelas 10 horas, com a seguinte ordem do dia: ponto um, discussão da Proposta de Lei n.º 34/XVII/1.ª (GOV) — Assegura a implementação de atos jurídicos europeus no ordenamento nacional relativos à resiliência operacional digital do setor financeiro; ponto dois, discussão da Proposta de Lei n.º 41/XVII/1.ª (GOV) — Procede à execução, na ordem jurídica interna, dos Regulamentos (UE) 2017/745 e 2017/746, na parte relativa à investigação clínica e ao estudo de desempenho de dispositivos médicos, e altera a Lei n.º 21/2014, de 16 de abril; ponto três, discussão conjunta da Proposta de Lei n.º 45/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2024/1226, relativa à definição das infrações penais e das sanções aplicáveis à violação de medidas restritivas da União e do Projeto de Resolução n.º 378/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para assegurar o melhor cumprimento da Diretiva (UE) 2024/1226, relativa às infrações e sanções por violação das medidas restritivas da União Europeia; ponto quatro, discussão da Proposta de Lei n.º 40/XVII/1.ª (GOV) — Regulamenta os ensaios clínicos de medicamentos para uso humano; ponto cinco, votações regimentais.

Srs. Deputados, até amanhã, boa noite. Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 44 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Nota: *A declaração de voto anunciada pela Deputada do CH Cristina Rodrigues não foi entregue no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Relativa ao Projeto de Lei n.º 83/XVI/1.ª [votado na reunião plenária de 5 de dezembro de 2025 — DAR I Série n.º 38 (2025-12-06)]:

Nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Chega apresenta a seguinte declaração de voto, relativa à abstenção registada na votação do projeto de lei em referência, tendo a votação ocorrido na discussão na generalidade a 4 de dezembro de 2025.

O diploma apresentado pelo Partido Socialista visa clarificar o enquadramento jurídico da titularidade de instituições de ensino superior privado que transitaram para pessoas coletivas públicas, em consequência da extinção das assembleias distritais. Embora se reconheça que esta clarificação responde a dificuldades reais identificadas no caso concreto do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), importa sublinhar que a situação da instituição se encontra, neste momento, diretamente condicionada por litígios judiciais em curso, designadamente providências cautelares interpostas pelo ISMT contra a A3ES e a DGES para assegurar a suspensão da decisão de não acreditação institucional.

De acordo com o memorando apresentado pelo ISMT, uma parte significativa das insuficiências apontadas pela A3ES é de natureza estrutural e institucional, decorrendo da impossibilidade, no atual quadro legislativo, de a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra exercer plenamente as competências que o RJIES reserva às entidades instituidoras.

Este elemento reforça a pertinência de uma futura clarificação legislativa. Contudo, no momento presente, e perante a existência de providências cautelares em tramitação judicial, entende o Chega que o Parlamento não deve intervir com alterações legislativas que, embora formais, possam ser interpretadas como sobreposição ao escrutínio técnico-regulatório ou judicial que está em curso.

A independência da A3ES e a separação entre funções regulatórias, funções jurisdicionais e funções legislativas exigem que o legislador atue com prudência redobrada quando matérias conexas se encontram *sub judice*. Qualquer iniciativa legislativa produzida neste contexto, ainda que não interfira diretamente com o mérito das decisões da A3ES, pode gerar perceções públicas indesejáveis quanto à neutralidade e à separação institucional que o Estado de direito exige.

Por este motivo, o Chega decidiu abster-se, tomando uma posição que assegura: *a*) responsabilidade institucional, ao não inviabilizar o prosseguimento da discussão legislativa; *b*) respeito pelos tribunais e pelos procedimentos independentes de avaliação do ensino superior; e *c*) a recusa em validar soluções legislativas avulsas enquanto decorrem processos judiciais cuja decisão poderá alterar substancialmente o quadro aplicável.

É ainda de registar que o PSD, enquanto partido que suporta o Governo e tutela politicamente o Ministério da Educação, decidiu votar favoravelmente este diploma, apresentado pelo PS, precisamente num momento em que o Instituto Superior Miguel Torga se encontra envolvido em providências cautelares contra a A3ES e a DGES, entidades que integram a esfera administrativa do mesmo Ministério. Tal opção suscita legítimas dúvidas quanto à coerência institucional desta maioria: não deveria o PSD, em justiça, prudência e rigor administrativo, ter acompanhado a posição de reserva adotada pelo Chega, optando por uma votação desfavorável ou, pelo menos, por uma abstenção responsável, evitando qualquer aparência de interferência legislativa em processos ainda *sub judice*? Num contexto juridicamente sensível e institucionalmente delicado, teria sido exigível ao Governo e ao partido que o sustenta uma postura de maior contenção, distanciamento e respeito pela autonomia das entidades reguladoras e pela separação de poderes.

O Chega reafirma que a reorganização territorial e a clarificação das competências das entidades públicas devem ser tratadas de forma sistémica e não casuística; e que qualquer reforma desta natureza deve ser

realizada sem interferir, direta ou indiretamente, com processos em curso perante autoridades administrativas independentes ou tribunais.

Nestes termos, e pelas razões expostas, se justifica a opção do Grupo Parlamentar do Chega pela abstenção.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Chega, *Pedro Pinto — Manuela Tender — Maria José Aguiar — José de Carvalho — Rui Cardoso — Rui Fernandes*.

[*Recebida na Divisão de Redação a 10 de dezembro de 2025.*]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.